UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA
INSTITUTO DE ESTUDOS DO XINGU – IEX
LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

SAMARA DA SILVA FERNANDES LOPES

RESISTÊNCIA, MEMÓRIA E LUTA FEMININA NA CRÔNICA “O CAPÍTULO DOS RELÓGIOS” DE ENEIDA DE MORAES E EM POEMAS DEDICADOS A HELENIRA RESENDE

SÃO FÉLIX DO XINGU-PA
2019

SAMARA DA SILVA FERNANDES LOPES

RESISTÊNCIA, MEMÓRIA E LUTA FEMININA NA CRÔNICA “O CAPÍTULO DOS RELÓGIOS” DE ENEIDA DE MORAES E EM POEMAS DEDICADOS A HELENIRA RESENDE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) do Instituto de Estudos do Xingu, Campus de São Felix do Xingu, para a obtenção do grau de Licenciatura em Letras – Língua portuguesa.

Área de atuação: Estudos literários
Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.
Orientador (a): Drª. Luciana de Barros Ataíde

São Félix do Xingu-PA
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial do Instituto de Estudos do Xingu

Lopes, Samara da Silva Fernandes

Resistência, memória e luta feminina na crônica “o capítulo dos relógios” de Eneida de Moraes e em poemas dedicados a Helenira Resende / Samara da Silva Fernandes Lopes; orientadora, Luciana de Barros Ataíde — São Félix do Xingu: [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de São Félix do Xingu, Instituto de Estudos do Xingu, Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, São Félix do Xingu, 2019.

1. Mulheres na Literatura – Eneida de Moraes. 2. História. 3. Ditadura na Literatura. 4. Memória. I. Ataíde, Luciana de Barros, orient. II. Título.

CDD: 23. ed.: 805

Elaborada por Renata Matos de Souza – CRB-2/1.586

DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE MONOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: **Samara Da Silva Fernandes Lopes**

Título: **Resistência, memória e luta feminina na crônica "O Capítulo dos Relógios" de Eneida de Moraes e em poemas dedicados a Helenira Resende**

Monografia defendida e aprovada em_____/_____/_____,

com NOTA_____( ), pela comissão julgadora:

_____

Professor (a): Drª. Luciana de Barros Ataíde (Unifesspa – Orientadora)

_____

Professor: Dr. Cristiano Bento da Silva (Unifesspa – examinador)

_____

Professora Mª Eldinar Nascimento Lopes (Unifesspa – examinadora)

DEDICATÓRIA

Dedico a todos os guerrilheiros que deram as suas valiosas vidas para que a chama da resistência democrática à Ditadura Militar não se apagasse em nossa Pátria e, através deste feito heróico, demostrassem na prática toda a potencialidade dos sem-terra, posseiros e oprimidos do interior do nosso país.

Em especial aos familiares dos militantes e revolucionários Helenira Rezende e Amaro Lins.

À escritora, jornalista, militante política e pesquisadora brasileira Eneida de Villas Boas Costa de Moraes, *in memorian.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ter me concedido saúde, força e disposição para fazer o curso e seu trabalho final, pois sem sua ajuda, amor e proteção, nada disso seria possível. Também sou imensamente agradecida ao Senhor por ter dado saúde aos meus familiares e principalmente por ter restabelecido a minha saúde e a do querido pai e assim, tranquilizado o meu espírito nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica até então.

Sou ainda muito grata á minha querida mãe, Solimar Ribeiro da Silva pelo afeto incondicional, por estar sempre ao meu lado, lutando, apoiando e incentivando, por me mostrar que eu poderia ir além, mesmo quando não acreditava mais que conseguiria concluir o curso, enfim serei sempre grata à senhora por nunca me deixar desistir dos meus sonhos, que também são seus!

Ao meu pai, Antônio Fernandes, pelos mais sinceros ensinamentos, que me fizeram trilhar o caminho do bem e jamais desistir dos meus objetivos.

Ao meu esposo Antônio Leônidas pelo seu incentivo, compreensão e companheirismo, que me proporcionaram a tranquilidade e o conforto que tanto precisava para vencer esta etapa.

Aos meus filhos Matheus Fernandes e Alberto Filho, por compreenderem a minha ausência, e por serem minha inspiração.

À minha irmã Soraia Fernandes e seu esposo Lazaro Fernandes, pela amizade e atenção dedicadas quando sempre precisei.

Aos meus amigos (a) Cintia Sinara, Dilma Costa, Hélia Vasconcelos, Natalia Marques, Paulo Ferreira, Thallya Campelo e Rosângela Feitosa, com apoio e incentivo, não me deixaram ser vencida pelo cansaço, e a todos os meus colegas do curso de graduação que através de um espírito colaborativo, compartilhamos e ultrapassamos todas as barreiras e desafios que surgiram ao longo da nossa caminhada acadêmica.

Á Sra. Neuza Lins (viúva de Amaro Lins, militante do PCdoB) e sua família, pois não mediram esforços para me enviarem todo seu acervo bibliográfico acerca da Guerrilha do Araguaia, que me foram de grande valia.

Aos meus pastores Sidinei Gomes e Juliana Gomes, pelas vossas orações e carinho que sempre tiveram para comigo e com minha família, pois sei que vossas orações foram

essenciais para que eu conseguisse vencer todos os obstáculos que surgiram ao longo desses quatros anos de graduação.

Meus sinceros agradecimentos, também á todos os professores do Instituto de Estudos do Xingu-IEX, que contribuíram com a minha trajetória acadêmica, especialmente aos professores Dr. Paulo Antônio Vieira Júnior e Dra. Elaine Ferreira Dias que me possibilitaram o acesso a grandes obras, dentre outros importantes textos acadêmicos que foram de grande valia para a efetivação do trabalho ora apresentado e a professora Dra. Luciana de Barros Ataíde, responsável pela orientação do meu projeto, só tenho a agradecê-la professora, por sua "extrema generosidade" para comigo e para com todos aqueles que a procuraram a fim de sanar dúvidas, ou receber orientação segura, trocar ideias, enfim, com muita paciência e disposição, compartilhou conosco sua sabedoria, seu tempo e sua experiência.

Aos professores Dr. Cristiano Bento da Silva e à professora Mª Eldinar Nascimento Lopes pelas contribuições e participação na banca examinadora.

Não poderia deixar de fazer aqui alguns agradecimentos especiais: a toda equipe do Escritório Solução Advocacia, na pessoa do Dr. Coriolano Rodrigues de Assis, Dr. Luiz Bezerra da Silva, Dr. Paulo Ferreira Carvalho e Dra. Ruthe Macedo Pinheiro, empresa que há dois (2) anos me acolheu, que ao logo dos meses tornou-se para mim, uma segunda família, pela qual tenho muito apresso e carinho.

Por fim, minha eterna gratidão ao Instituto de estudos do Xingu - IEX, bem como todos os funcionários (gestores, docentes, técnicos, vigilantes, serventes, estagiários e etc.) e às pessoas com quem convivi nesses espaços, ao longo desses quatro (4) anos.

A todos vocês, meus mais sinceros agradecimentos!

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos [...] Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar uma outra história.

PERROT

Somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indivisível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

GAGNEBIN

RESUMO

O Regime militar brasileiro perdurou de 1964 a 1985. Foram 21 anos de regime de exceção. Este acontecimento trata-se, portanto, de uma memória histórica e social já consolidada e construída por homens e mulheres que lutavam por um ideal comum: a liberdade e direitos civis e individuais. Nesse contexto, cabe lembrar, não estavam consolidados os direitos femininos nem mesmo sobre as próprias escolhas, mesmo assim muitas mulheres quebraram fronteiras, enfrentaram o poder patriarcal que impunha restrição à mulher e ingressaram na luta por ideais coletivos. Esses feitos podem ser observados na participação de duas mulheres na luta contra o Regime Militar no Brasil: Eneida de Moraes e Helenira Resende. É tendo esse contexto como referência que o presente estudo tem como objetivo apresentar a participação feminina na Ditadura Militar por meio dos estudos da crônica "Capítulo dos relógios", publicado na coletânea *Aruanda* (1997), de Eneida de Moraes e dos poemas dedicados a Helenira Resende, pertencente à obra *Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia* (2007). A memória, portanto, será o fio condutor desse estudo que pretende mostrar a forma pela qual os textos literários utilizam de personagens sociais para questionar a moral e a conduta imposta por dispositivos de poder e discursos autoritários. Tal estudo tem, portanto, o texto literário como instrumento de resistência social.

Palavra-Chave: Literatura. História. Memória. Mulher.

ABSTRACT

The Brazilian military regime lasted from 1964 to 1985. There were 21 years of exception regime. This event is therefore a historical and social memory already consolidated and built by men and women who fought for a common ideal: freedom and civil and individual rights. In this context, it should be remembered, women's rights were not consolidated even on their own choices, yet many women broke boundaries, faced the patriarchal power that imposed restrictions on women and entered the struggle for collective ideals. These achievements can be observed in the participation of two women in the fight against the Military Regime in Brazil: Eneida de Moraes and Helenira Resende. It is with this context in mind that this study aims to present the female participation in the Military Dictatorship through the studies of the chronicle "Chapter of clocks", published in the collection Aruanda (1997), by Eneida de Moraes and poems dedicated to Helenira Resende, belonging to the work Helenira Resende and the Araguaia Guerrilla (2007). Memory, therefore, will be the guiding thread of this study that aims to show the way in which literary texts use social characters to question the morals and conduct imposed by power devices and authoritarian discourses. Such study has, therefore, the literary text as an instrument of social resistance.

Keywords: Literature. Story. Memory. Woman.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 11
1. LITERATURA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL 15
1.1. A ditadura Militar e a Literatura Brasileira 18
1.2. Literatura e Formação Social 25

2. A LITERATURA EM TEMPOS DE DITATURA: A PARTICIPAÇÃO FEMININA 28
2.1 Eneida de Moraes e as memórias que se contam 31
2.2 Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia 35

3. LITERATURA E MEMÓRIA 39
3.1. Poemas para Helenira Rezende 41
3.1.1 Poema 1 42
3.1.2 Poema 2 44
3.1.3 Poema 3 45
3.1.4 Poema 4 47
3.1.5 Poema 5 48
3.2. Eneida - "Capítulo dos relógios" 53

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 59

5. REFERÊNCIAS 61
5.1. Referências utilizadas 61
5.2. Referências consultadas 62
5.3 Sites utilizados 63

ANEXO A – Figura 01: Mapa que mostra as localidades onde aconteceu a Guerrilha do Araguaia 65
ANEXO B - Figura 02: Retrato fotográfico de Helenira Resende de Souza Nazareth Militante do PCdoB 66
ANEXO C – Figura 03: Eneida de Morais, entre Manuel Bandeira e Jorge Amado 67
ANEXO D - Figura 04: Ficha DOPS Helenira Resende de Souza Nazareth (1972) 68
ANEXO E - Figura 05: Capa do livro "Primeiras Cantigas do Araguaia" Publicado artesanalmente em 1980 por Libério de Campos 75

INTRODUÇÃO

Na História da Literatura Brasileira, muitas são as obras que apresentam a dimensão do comportamento humano em suas construções poéticas. Assim, tomar a linguagem como metáfora da realidade humana é uma forma de o homem atribuir significações a sua realidade, às suas práticas e a si mesmo. Há, nesse contexto, produções literárias que mantém relação com o contexto social vivenciado pelo escritor, como é o caso de algumas narrativas de Eneida de Moraes que, por meio do exercício de rememoração, conseguiu colocar no papel um episódio da História da sociedade brasileira, que foi a Ditadura Militar.

Há também produções que representam um período da História não por meio de um processo rememorativo de quem viveu a realidade, mas pelas memórias que alguém traz de um outro sujeito que lutou por ideais de justiça e em defesa de alguma causa de benefício coletivo, como é o caso dos poemas dedicados à combatente Helenira Resende. Temos então, nesse contexto que compõe o corpus desse trabalho duas formas de se trabalhar a memória, a Literatura e a História: textos produzidos pela escritora Eneida de Moraes que trazem um período da História do Brasil vivenciado pela própria escritora; e textos produzidos por personagens da História que não se tornaram escritores, mas que se utilizaram da escrita para homenagear uma importante força feminina de luta e resistência política no país: Helenira Resende.

A escritora Eneida de Moraes, apesar de não pertencer ao cânone literário, entra no cenário das letras paraenses como uma escritora que teve alguma repercussão dentro dos estudos acadêmicos. A exemplo disso, cabe citar o Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes (GEPEM), com pesquisadoras da Universidade Federal do Pará, que abordam diversas temáticas que envolvem a presença feminina na constituição da história da humanidade. A par dessa força de reconhecimento que desde 1994 vem sendo dada à escritora, essa pesquisa traz como corpus para estudo a crônica "Capítulo dos Relógios", de maneira a dialogar com as temáticas que envolvem a resistência, a memória e a luta feminina.

Por outro lado, aos poemas dedicados a Helenira Resende, que constam na obra Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia, de Bruno Ribeiro, não há um reconhecimento dado pela crítica literária, tampouco foi possível descobrir estudos feitos desses poemas, de maneira a dar a eles seu real valor. Nesse contexto, cabe lembrar o texto de Deleuze e Guatarri *Kafka: por uma literatura menor* (2014) no que se refere ao pensamento de que a

literatura menor se coloca além da discussão da crítica formal, não se tratando, portanto, de um objeto fixo em uma categoria, mas uma máquina de expressão. Nesse ponto, é possível observar a defesa de que também é possível escrever uma "literatura menor", mesmo tendo uma grande língua como materna. Assim, no que se refere a esses poemas, ao que tudo indica, construído por guerrilheiros combatentes e companheiros de Helenira, poderíamos, então, pensar se tratar de uma "literatura menor" que precisa ser examinada com mais cuidado, pois temos nesses escritos, vestígios de um diálogo entre a História e a Literatura.

Ainda com relação ao devido valor atribuído a determinados textos, temos também o reconhecimento das produções literárias determinado no interior de uma cultura falocêntrica. Por exemplo, a escrita epistolar foi considerada uma literatura menor. O que dizer, então, de uma produção literária escrita por uma mulher, de maneira a trazer à baila suas memórias de um período de repressão política? Ou ainda, o que dizer de alguns poemas que foram escritos, ao que indica, por guerrilheiros combatentes de uma guerrilha na qual lutavam contra o período de repressão? Nesse estudo, o que se pretende não é encontrar respostas para tais questionamentos, mas positivar a literatura de si, oriundas de memórias, de experiências de vidas, mostrando que essas produções podem ser tão transgressoras quanto a denominada "grande literatura".

Assim, para que tal objetivo seja alcançado, por meio de estudos que envolvem a memória, a resistência e a luta feminina em produções que apresentam história de vida destas duas mulheres: Eneida de Moraes e Helenira Resende, a presente pesquisa será desenvolvida dentro dos seguintes capítulos:

No primeiro capítulo intitulado, "Literatura e História: um diálogo possível": feita uma discussão acerca da relação entre literatura e história, uma vez que essa relação não envolve uma discussão recente, no qual a pesquisadora Sandra Pesavento (2003) diz que essa relação reside, especialmente, no plano epistemológico que pode ser construída a partir da aproximação e do distanciamento dos dois campos do saber. Isso com o tópico **A ditadura Militar e a Literatura Brasileira**, destacando-se também o tópico a **Literatura e Formação Social**, dentro da perspectiva de Antônio Candido (2002), que afirma que todo ser humano em algum momento de sua vida necessita da fantasia, e a literatura vem suprir essa necessidade de variadas formas como o conto, a parlenda e o trocadilho. Dentro dessa mesma perspectiva, Perlatto (2017, p. 728) afirma que os textos ficcionais, ainda que sem a pretensão de substituir ou de se colocar como superiores às obras memorialísticas e acadêmicas, têm o potencial de contribuir para uma interpretação mais ampla e multifacetada do passado.

No segundo capítulo, "A Literatura em Tempos de Ditadura: A Participação Feminina", discutindo a respeito da representação feminina em uma das fases mais sombrias

da ditadura, apresento a reconstrução das memórias de um grupo formado por um punhado de homens e de mulheres que, essencialmente movidos pela esperança, por um sonho coletivo, acreditavam poder influir na construção de um país justo e igualitário. No tópico **Eneida de Moraes e as Memórias que se Contam**, eram estudantes universitários ou jovens profissionais liberais, em sua esmagadora maioria, que nas décadas de 1960-70 instalaram-se no coração das selvas amazônicas, em um ponto remoto ao sul do Estado do Pará, às margens do rio Araguaia, sem armas ou provisões, a fim de deflagrar uma insurreição armada que tinha por objetivo final promover uma revolução socialista no Brasil. Este episódio, ocorrido durante os anos mais repressivos do regime militar brasileiro, entrou para a nossa História sob o nome de Guerrilha do Araguaia. Optei por delinear também no tópico **Helerira Resende e a Guerrilha do Araguaia,** a pesquisa nos acontecimentos ocorridos entre 1966, quando o primeiro grupo de militantes do Partido Comunista do Brasil, PC do B – responsável pela organização da guerrilha – começou a chegar à região do rio Araguaia, e fins de 1974, quando os últimos guerrilheiros que ainda estavam em combate, foram mortos pelos militares, extirpando por completo aquele movimento. Obviamente, para que seja possível a contextualização e análise, será necessário ultrapassar esses marcos, buscando os acontecimentos ocorridos antes de 1966 ou depois de 1974.

No terceiro capítulo, com o nome **Literatura e Memória,** motivados pela memória do Golpe de 64, discutiremos aspectos e definições acerca da memória, pois, segundo Candau (2016) e Halbwachs (2003), a literatura contribui significativamente com o processo de construção da memória coletiva e individual, uma vez que os textos literários transitam entre as fronteiras da ficção e realidade, entre literatura, história, ética, etc. Além disso, Afrânio Coutinho (1976, p.10) diz, que: "através das obras literárias, tomamos contato com a vida, nas suas verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares". Desse modo, pondo em prática teorias literárias e contextualização histórica, no tópico **Poemas para Helenira Resende**, daremos ênfase a uma figura de grande destaque diante desse contexto de horror e violência que aconteceu no período ditatorial brasileiro, e que foi uma das motivadoras dessa pesquisa a guerrilheira "Helenira Resende", Uma mulher que, à frente de seu tempo, enfrentou os padrões instituídos ao papel da mulher na sociedade e dedicou-se à carreira político-partidária, ingressou em uma universidade e tornou-se uma combatente que teve grande destaque na história social brasileira. Na sequência de estudos, o tópico **Eneida- "Capítulo dos relógios"**, dialogará com a obra literária "Aruanda", da escritora paraense Eneida de Moraes. O livro de crônicas predomina, na sua maioria, uma escrita autobiográfica profundamente marcada pelo

memorialismo, ao mesmo tempo, arraigados na situação política e social (ligados diretamente à resistência e à luta feminina contra o regime repressivo).

1. LITERATURA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

> *A literatura permite o acesso à sinfonia fina ou ao clima de uma época[...] Ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário [...]fornece os indícios para se pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma.*
>
> *PESAVENTO*

A relação entre a literatura e a história não envolve uma discussão recente. A pesquisadora Sandra Pesavento, na obra *História e história cultural* (2003), diz, por exemplo, que essa relação reside especialmente no plano epistemológico, que pode ser construída a partir da aproximação e do distanciamento dos dois campos do saber. No que se refere à imaginação, à ficcionalidade e ao imaginário na escrita do texto literário e histórico, há muito de aproximação entre essas duas áreas quando se pensa o conceito de representação.

Segundo Roger Chartier, em *A história cultural* (1990), a representação é um instrumento de conhecimento que faz com que um objeto ausente seja visto por meio da reconstrução da memória. Semelhante pensamento é o de Pesanvento (2003), ao dizer que representar é estar no lugar de algo ou alguém, é a presentificação de um ausente. Para os dois pesquisadores, é possível notar que a representação está ligada ao ato de estar no lugar do outro. Assim, em casos e narrativas historiográficas o que se tem é uma construção intertextual acerca de um fato passado, com a possibilidade de se verificar vestígios e evidências que podem ser extraídas de fontes que relatam o fato, é um dar-se a conhecer. Cabe lembrar ainda que todo conhecimento é uma construção.

No que se refere à ficcionalidade, Pesavento (2003) afirma ainda que não se trata de algo avesso ao real, mas é uma forma de captar a realidade por meio dos limites da criação e da fantasia que são mais amplos do que os momentos permitidos pelo historiador. Por isso, para o historiador, a literatura continua a ser um documento ou fonte que contém a representação que ela comporta, ou seja, na ficção há o resgate da representação do mundo que comporta a forma da narrativa. Disso, entende-se que tanto a História quanto a Literatura buscam, por meio dos discursos que lhes são próprios, representar as experiências dos homens no tempo, as inquietações, as questões que mobilizam homens em cada época de sua história

com um público comum que é o leitor. Para Pesavento (2003) a literatura é uma narrativa que fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica, e a coerência e o sentido que o texto apresenta é o suporte necessário para orientar o olhar do historiador, possibilitando que ele enxergue o que ainda não conseguiu.

Essa visão da literatura esclarece o diálogo que pode haver entre a História e a Literatura. Desse modo, pensando nesse diálogo entre Literatura e História e na possibilidade de revisitar o passado, que o presente estudo foi pensado. O Brasil é um país que traz em sua memória vários conflitos que foram sendo desencadeados em várias regiões, como no período da Ditadura Militar, fase política-social conflituosa que desencadeou uma série de conflitos e repressões em vários locais do país. Um desses conflitos ficou conhecido como a Guerrilha do Araguaia: um movimento de luta armada ocorrido entre os anos de 1972 a 1975 do qual muito ainda se tem o que descobrir.

Mesmo com tantos mistérios que ainda rondam esse conflito, uma figura de grande destaque foi uma das motivadoras dessa pesquisa: a guerrilheira Helenira Resende. Uma mulher que, à frente de seu tempo, enfrentou os padrões instituídos ao papel da mulher na sociedade e dedicou-se à carreira político-partidária, ingressou em uma universidade e tornou-se uma combatente que teve grande destaque na história social brasileira. Os três anos de conflitos teve como resultado, além dos tantos assassinatos cometidos, um grande número de desaparecidos e tantos outros sobreviventes que carregaram, alguns ainda carregam, os traumas dessa batalha sangrenta.

Segundo Relatórios da Comissão Nacional da Verdade a maior parte das informações acerca da conhecida Guerrilha do Araguaia só começaram a chegar ao conhecimento do povo brasileiro a partir de 1980, depois que ocorreu a Anistia política no país. Mas os arquivos que guardavam os grandes fatos sobre esse conflito só começaram a ser abertos mesmo no início de 1996, por isso, alguns registros históricos são importantes para este estudo que se propõe a reconstruir esse capítulo da História do Brasil, tendo como corpus os poemas que foram escritos por alguns guerrilheiros dedicados à Helenira Resende. Esses poemas são fundamentais para compreendermos um pouco mais sobre esse tão importante combate sobre o qual poucas informações se tem.

Os poemas dedicados a Helenira podem ser encontrados em uma coletânea de textos organizada por Libério de Campos, com o nome de *Primeiras cantigas do Araguaia* (1980)[1] em homenagem ao II aniversário da resistência armada das forças guerrilheiras do Araguaia. Outra mulher de destaque em conflitos políticos que motivou esta pesquisa foi a escritora

[1] Para o estudo dos poemas dedicados a Helenira Resende, será utilizada a obra Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia, de Bruno Ribeiro, publicada pela editora Expressão Popular em 2007.

Eneida de Moraes. Uma mulher que se dedicou às 'letras': primeiro ingressou oficialmente no jornalismo, época em que se dedicou à ideias partidárias ao se filiar ao Partido Comunista Brasileiro. Sua grande habilidade com a escrita proporcionou um grande destaque no trabalho, escrevendo panfletos e jornais de célula. Nesta fase de grande agitação, envolveu-se nas revoluções de 1932 e 1935, tendo como saldo prisões e exílio. Já na época que vai de 1945 a 1970, dividiu-se entre as atuações como jornalista profissional, repórter e cronista. O saldo desta fase foram 11 livros e várias traduções. Em alguns desses escritos, Eneida relata o período em que foi presa pela Ditadura Militar, como pode ser lido na crônica "Capítulo dos relógios", do livro Aruanda (1997).

Tantos os poemas dedicados a Helenira Resende, publicados no livro Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia de Bruno Ribeiro(2007) quanto a crônica "Capítulo dos relógios" de Eneida de Moraes ganham destaque quando se pensa a relação entre a Literatura e História, pois são textos que estão no que Sandra Pesavento vai explicar como sendo a importância da literatura na transmissão de informações sobre uma época, um fato, uma pessoa. Pesavento diz que

> A literatura permite o acesso à sinfonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis e valores. Ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário [...] para além das disposições legais ou códigos de etiquetas de uma sociedade, é a literatura que fornece os indícios para se pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma. (PESAVENTO, 2003, p. 82-83).

Essas palavras de Sandra Pesavento mostram que as produções literárias são um lugar privilegiado para se fazer uma leitura da sociedade, de uma época que se quer enfocar, por proporcionar questionamentos e reflexões acerca de questões sociais, logo, é, também, uma fonte documental privilegiada para se pensar a História.

1.1. A ditadura Militar e a Literatura Brasileira

> *Apenas a passagem pela imaginação poderia dar conta daquilo que escapa ao conceito [...] Mas a imaginação não deve ser confundida com a 'imagem': o que conta é a capacidade de criar imagens, comparações e sobretudo evocar o que não pode ser diretamente apresentado e muito menos representado.*
>
> *Seligmann Silva*

O Regime Militar brasileiro ocorreu nos anos de 1964 a 1985 e atravessou pelo menos três fases distintas. A primeira foi o golpe de Estado, em abril de 1964, e consolidação do Novo Regime. A segunda começa em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), desdobrando-se nos chamados Anos de Chumbo, em que a repressão atingiu seu mais alto grau. A terceira se abre com a posse do general Ernesto Geisel, em 1974 ano em que, paradoxalmente, o desaparecimento de opositores ao governo se tornou rotina, iniciando, então, uma lenta abertura política que iria até o fim do período de exceção.

Inicialmente, o setor das Forças Armadas teve como principal líder o Marechal Castello Branco. Em 09 de abril de 1964, o primeiro ato Institucional foi sancionado, desencadeando a primeira avalanche repressiva, materializada na cassação de mandatos, suspensões dos diretos políticos, demissão dos serviços públicos, expulsão de militares, aposentadoria compulsória, intervenção em sindicatos e prisão de milhares de brasileiros. A doutrina idealizada pelas Forças Armadas se fundamentava na suspensão das garantias constitucionais, na limitação das liberdades individuais, na introdução da censura aos meios de comunicação e na repressão total aos que se opunham a esse modelo de governo.

Porém, ao longo desses 21 anos de regime de exceção, em nenhum momento a sociedade brasileira deixou de manifestar seu sentimento de oposição pelos mais diversos canais e com diferentes níveis de força. Esse gigantesco movimento de resistência ditatorial teve início a partir das eleições de 1965, quando adversários do regime venceram a disputa

para os governos estaduais de Minas Gerais e da Guanabara, levando os militares a decretar em outubro o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que eliminou o sistema partidário existente e forçou a introdução do bipartidarismo[2].

Entretanto, devemos ressaltar que a Ditadura Militar Brasileira não foi um fato isolado, o mundo vivia o auge da Guerra Fria, com Estados Unidos e União Soviética disputando território e apoio político em escala planetária. Cuba já havia feito sua Revolução em 1959, e Fidel Castro e Che Guevara exerciam grande influência no pensamento de políticos de esquerda, como Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Miguel Arraes, ligados de alguma forma aos movimentos de resistência que surgiam no Brasil.

No Brasil, os danos causados pela repressão política durante a ditadura militar (1964-1985) ainda não foram totalmente contabilizados. Ainda observamos uma lacuna entre passado e presente, marcada pela ocultação dos acontecimentos, a negação ao direito à verdade e à justiça, limitando a ação reparadora e impedindo a articulação e transmissão da herança e da memória desses anos de violência. Podemos dizer, porém, que cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de ditadura; há pelo menos 426 mortos e desaparecidos políticos no Brasil (incluindo 30 no exterior); um número desconhecido de mortos em manifestações públicas; 7.367 indiciados, 10.034 atingidos na fase de inquérito, 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional; 4 condenações à pena de morte; 130 banidos; 4.862 cassados; 6.592 militares atingidos; milhares de exilados; e centenas de camponeses e indígenas assassinados; e, até o momento, 24.560 vítimas de perseguições por motivos políticos foram anistiados (TELES[3], J. A., 2001).

A luta pelo esclarecimento das mortes e dos desaparecimentos políticos ocorridos durante a ditadura iniciou-se ainda na primeira metade dos anos 1970, e se estende até os dias atuais. Os grupos de familiares organizaram-se para denunciar não somente as mortes e os desaparecimentos de seus entes queridos, mas também as torturas e as péssimas condições pelas quais passavam os presos políticos. Essa atuação se intensificou quando cresceu o número de desaparecidos. A partir do fim de 1973 e durante 1974 não houve vítimas assumidas em notas oficiais da ditadura, somente desaparecidos. Em 1973, quando foi assassinado o estudante de geologia da Universidade de São Paulo (USP), Alexandre

[2] **Bipartidarismo**: é uma situação política em que apenas dois partidos dividem o poder, ou constitucionalmente ou *de facto*, sucedendo-se em vitórias eleitorais em que um deles conquista o governo do país e o outro ocupa o segundo lugar nas preferências de voto, passando a ser a oposição oficial e institucionalizada.

[3] **Janaína de Almeida Teles** é uma historiadora brasileira. Organizadora do livro *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* e uma das organizadoras dos livros *Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* e *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil*, entre outros.

Vannucchi Leme, o movimento estudantil iniciava sua reorganização e realizou vários protestos no campus. Por iniciativa conjunta dos estudantes e da Igreja, D. Paulo Evaristo Arns oficiou uma missa na Catedral da Sé e, apesar do grande cerco policial, o evento contou com a presença de cerca de 3 mil pessoas. Naquele momento, foi de fundamental importância o apoio de setores da Igreja, por meio das Comissões Justiça e Paz, advogados, e de alguns parlamentares oposicionistas (CNV, 2007, p.22).

Desde o golpe de Estado de 1964, diversos movimentos de denúncia dos crimes da ditadura se organizaram, muitas vezes em grupos de familiares, como a União Brasileira de Mães, entidade civil cassada em 1969. Políticos, advogados e grupos sociais defenderam a anistia, mas somente a partir de 1975 a oposição conseguiu desencadear de modo organizado a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita para os presos políticos no Brasil. Formaram-se, então, entidades como o Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Políticas e, em 1978, os Comitês Brasileiros pela Anistia, espalhados em vários estados. Essa luta se fortaleceu em diferentes segmentos da sociedade civil e começou a ganhar as ruas em 1977, com a retomada do movimento estudantil. As manifestações populares repercutiram no Parlamento, que produziu vários projetos de lei sobre a anistia, embora o Congresso Nacional estivesse impedido de legislar sobre a matéria. A anistia trouxe ao país os ex-presos políticos, os exilados e os clandestinos, mas muitos dos familiares não conseguiram sequer um atestado de óbito. A anistia incluiu a humilhante proposição de emitir um "atestado de paradeiro ignorado" ou de "morte presumida" aos desaparecidos, pretendendo assim eximir a Ditadura de suas responsabilidades e impedir a elucidação das circunstâncias dos crimes cometidos (CNV, 2007, p.23).

Na época, diversos juristas questionaram os erros de interpretação da Lei de Anistia: o texto da lei não anistiou os torturadores, ainda que os militares tenham promovido sua aprovação com essa intenção. Não obstante, o texto da lei, embora pouco claro, determina a anistia "aos crimes políticos ou conexos a estes" (1º § do 1º art.), ou seja, aos crimes de qualquer natureza relacionados àqueles praticados por motivação política – os crimes previstos na Lei de Segurança Nacional – ou aqueles cometidos contra o Estado. O crime conexo seria o assalto a banco ou roubo de carro realizado por militantes para apoiar a luta armada. Prevaleceu, entretanto, a interpretação de que os "crimes conexos" se referiam aos crimes cometidos pelos torturadores. Para caracterizar a ligação ou conexão entre os crimes, contudo, é necessário que os autores sejam os mesmos e que tenham os mesmos objetivos e motivações. O que não é o caso do que ocorreu entre os que torturaram e mataram presos políticos durante a ditadura e suas vítimas (TELES, J. A., 2001).

A anistia representou o silêncio e o esquecimento sobre os envolvidos nas ações repressivas após o golpe de 1964. Na prática, os torturadores foram anistiados graças à interpretação de que a abertura política poderia retroceder caso as oposições reivindicassem justiça. O termo "revanchismo" tem sido utilizado para denominar de forma pejorativa a posição daqueles que insistem em investigar os casos dos mortos e desaparecidos pela repressão política e exigem o julgamento dos responsáveis por tais crimes. A anistia, porém, segundo o Direito Internacional de Direitos Humanos, não pode ser um impedimento ao direito à verdade, que pressupõe a ampla investigação sobre a atuação dos órgãos de repressão durante a ditadura. A investigação é a medida fundamental para aprofundar e fortalecer a democracia, e o combate à impunidade é necessário para coibir a prática de tortura no país. O Estado brasileiro insiste em se omitir de todas as suas responsabilidades perante os crimes cometidos, mesmo após tantos anos de retorno ao estado de direito (CNV, 2007, p.24).

Dentre os movimentos de resistência à ditadura militar, a Guerrilha do Araguaia foi um dos movimentos de maior impacto em uma das páginas mais sombrias da História do Brasil. Vivia-se tempos de dualismo e maniqueísmo, restringindo o cidadão a escolher entre engajamento forçado ou o exílio auto imposto. Porém os movimentos de resistências à Ditadura Militar Brasileira se deram de várias formas e em todas as esferas, desde o âmbito político, civil, estudantil, como também dentre das esferas literária e artística. Portanto, a Guerrilha do Araguaia, trata-se de uma memória histórica e social já consolidada, que ao longo das últimas décadas, diversas foram as "memórias", "obras sociológicas e históricas" e "obras literárias" que elegeram como temática o cenário privilegiado da Ditadura Militar.

Nesse contexto, Perlatto[4] (2017) assegura ser possível dialogarmos com a divisão proposta por Primo Levi[5], escritor italiano e prisioneiro de Auschwitz, para refletir sobre a bibliografia produzida acerca da ditadura civil-militar, pois, segundo o autor, ao longo das últimas décadas, diversas foram as "memórias", "obras sociológicas e históricas" e "elaborações literárias" que elegeram como temática ou cenário, a ditadura iniciada em 1964. De tal forma, estas obras configuram uma bibliografia já ampla e diversificada, que vem buscando perscrutar, interpretar e compreender, a partir de primas plurais, as razões do golpe, as características do regime autoritário e seus desdobramentos para a democracia brasileira. Esclarece o pesquisador,

[4] **Fernando Perlatto** é mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais da Universidade do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e professor adjunto de História Contemporânea do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

[5] **Levi**, afirmava que a combinação entre três gêneros discursivos "diários ou memórias de deportados", "obras sociológicas e históricas", e "elaborações literárias" (Levi, 2016: 131), possibilitaria uma visão mais plural, diversificada e complexa sobre a experiência traumática dos *Lager.*

> Ainda nos anos 1960 e 1970, diversos foram as "elaborações literárias" que tiveram o regime repressivo inaugurado em 1964 e questões a ele relacionadas, como a tortura e a luta armada, mobilizados como temáticas centrais ou estruturantes dos romances. Exemplares, nesse sentido, foram as obras Quarup (1960), Bar Don Juan (1971) e Reflexos do baile (1977), de Antônio Callado; A festa (1976), de Carlos Heitor Cony; Zero (1974), de Ignácio de Loyola Brandão (1974); A festa (1976), de Ivan Ângelo; e Em câmera lenta (1977), de Renato Tapajós [...] décadas subsequentes, diferentes trabalhos procuraram analisar e compreender os traços, as características principais dessas narrativas ficcionais [...] destacam-se, entre outros, os livros como Anos 70: literatura (1979), organizado, entre outros, por Heloisa Buarque de Hollanda, Literatura e vida literária (1985), de Flora Sussekind, O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro (1996), de Regina Dalcastagné, Gavetas vazias: ficção e política nos anos 1970(1996), de Tânia Pellegrini, Da urgência à aprendizagem: sentido da história e romance brasileiro nos anos 60 (1997), de Henrique Manuel Àvila, Itinerário político no romance pós-64 (1998), de Renato Franco, A história em seus restos: literatura e exílio no Cone Sul (2004), de Paloma Vidal, e, mais recentemente, A literatura como arquivo da ditadura (2017), de Eurídice Figueiredo. (PERLATTO, 2017, p. 726).

Nessa conjuntura, segundo Perlatto, seja na vertente "alegórica" e "jornalística", seja nos "romances reportagens", ambas as categorias teriam aberto "campo para uma crítica radical e fulminante de toda forma de autoritarismo, principalmente aquela que, tem sido pregada pelas forças militares quando ocupam o poder" (PERLATTO, 2017, p. 728). Por fim, o autor afirma que os textos ficcionais, ainda que sem a pretensão de substituir ou de se colocar como superiores às obras memorialísticas e acadêmicas têm o potencial de contribuir para uma interpretação mais ampla e multifacetada do passado autoritário, por mais que necessário reconhecer que há um amplo desconhecimento de setores da população sobre período, e a escassez de políticas de memória mais significativas orientadas no sentido de rememorar, a partir de diferentes perspectivas, os aspectos repressivos e contraditórios desse passado, sobretudo, torna-se imperativa a mobilização de diversos meios e instrumentos que contribuam não apenas para uma compreensão mais complexa sobre a ditadura militar brasileira, mas também para a sensibilização, das novas gerações, sobre esse passado cujas permanências ainda se fazem presentes em nossa cultura política autoritária.

Portanto, é diante do horror, violência e atos de supressão da democracia realizados pelo golpe militar de 1964, que a literatura assume um papel de suma importância dentre os movimentos de resistências, no sentido de mostrar, de modo eficaz e através da ficção, a situação nacional. Através da sua capacidade de dizer aquilo que é proibido a historiografia, e através da possibilidade de recriar o real por meio da imaginação, muitos escritores denunciavam as barbaridades provocadas pelo regime de exceção. Sobretudo, como escreveu o crítico Jaime Ginzburg na obra *Literatura em tempos de violência* (2017), tanto a banalização de todas as referências à tortura quanto o apagamento da memória coletiva reforçam a naturalização do que ocorreu e a ignorância acerca do impacto de todos os atos de

violência cometidos, resultando em uma catástrofe coletiva. Nos dias atuais, todo o passado aparenta ter se resumindo numa listagem crua de fatos, num arquivo anônimo de nomes, silenciando, assim, centenas de histórias, apagando a memória viva das vítimas, limpando o sangue derramado, ocultando os corpos massacrados. Hoje, com efeito, parece que a violência e a repressão não estão mais na ordem do dia dos Estados ou ficam à margem na agenda dos governos, deixando espaço apenas para uma reconstrução "imparcial" do acontecimento, para uma análise fria das causas e das consequências da ditadura.

De tal modo, Segundo FINAZZI[6] (2014, p. 1), cabe enfatizar que apenas a literatura conseguiu dizer aquela verdade que, no âmbito histórico, balança (e que de forma macabra, continua balançando) entre a afirmação e a negação, entre a denúncia documentada e a ultrajosa incapacidade de admitir o horror extremo dos "campos", embora a razão e a sucessão dos fatos e fidelidade aos acontecimentos predominem em algumas obras que compõe o ciclo sobre a ditadura, entre elas estão: *Memórias do Cárcere* (1953),de Graciliano Ramos; *Aruanda 1*(1957), de Eneida de Moraes; *A Noite de Espera* (1960), de Milton Hatoum; *Meninos Sem Pátria*(1964), de Luiz Puntel; *Quarup* (1967), de Antônio Callado; *Incidente em Antares* (1971), de Érico Veríssimo; *A Resistência* (1976), de Julián Fuks; *Em Câmara Lenta* (1977), de Renato Tapajós; *Bar Don Juan* (1971), de Antônio Callado; *Em Liberdade* (1981), de Silvino Santiago; *Ditadura e Democracia no Brasil* (1988), de Daniel Aarão Reis; *Tropical Sol da Liberdade* (1988), de Ana Maria Machado; *Amores Exilados* (1997), de Godofredo de Oliveira Neto; *Não Falei* (2004), de Beatriz Bracher; *Azul Corvo* (2010), de Adriana Lisboa; *Qualquer Maneira de Amar: um romance à sombra da Ditadura* (2014), e Marcus Veras; *Outros cantos* (2016), de Maria Valéria Rezende; e em particular os escritos por Elio Gaspari[7], podemos observar que essas obras não conseguem, mostrar de modo completo aquilo que realmente aconteceu, falta comoção pelos corpos torturados, pelas pessoas massacradas, pela dor dos sobreviventes, enfim, falta compaixão diante dos mortos, impossibilitando a absolvição e a desculpa, indulto e perdão, aliás, falta os altos e louváveis objetivos das Comissões de Verdade instaladas no Brasil.

[6] **Ettore Finazzi Agrò**, Doutor em letras e professor de literaturas portuguesa e brasileira na Faculdade de Letras e Filosofia da Sapienza – Universidade de Roma, Roma, Itália. E-mail: finazzi@uniroma1.it.

[7] **Elio Gaspari**: Dono de consagrada carreira no mundo jornalístico, publicou uma série de cinco livros sobre a ditadura militar brasileira, dividida em três partes, as *Ilusões Armadas*, *O Sacerdote e o Feiticeiro* e último *Ditadura acabada*. O jornalista examina com riqueza de detalhes o período de 1978 a 1985, desde o final do governo do presidente Ernesto Geisel e a posse de seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo, até a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. São os anos da abertura política, momento decisivo na história de nosso país e repleto de acontecimentos, como o fim do AI-5, as manifestações políticas pela anistia e pela volta das eleições diretas para a presidência, os atentados promovidos por aqueles que se opunham à redemocratização, como o episódio da bomba no Riocentro em 1981. Com uma narrativa fluida e pesquisa profunda, Elio Gaspari compõe um painel fascinante de um país em plena ebulição, em que muitos dos protagonistas se mantêm como parte do noticiário atual. Fonte: Wikipédia

Para Jaime Ginzburg (2017) a narrativa de uma história da literatura brasileira sob, a perspectiva da violência, parte da premissa de que a sociedade brasileira foi construída com processos que incluíram episódios de genocídios, massacres, chacinas e políticas repressoras. E narrar a história da literatura brasileira a partir dessa emblemática história[8], pressupõe romper com a tradição nacionalista idealista, com a submissão ao colonialismo, a historiografia evolutiva e a noção de progresso. De modo, que a intensa violência na história brasileira, está proferida na literatura, nos temas, nas formas, nos modos de produção, circulação e recepção das obras.

É nesse modo que o autor afirma que.

> O atual estado da discursão em historiografia e literatura [...] é caracterizado por um forte e múltiplo movimento de revisão dos parâmetros de sustentação do cânone. Esse movimento não pretende apenas mudar listas de autores e obras dos manuais de referência; bem mais do que isso, ele atinge os fundamentos da própria configuração do cânone. Um dos pressupostos dessa configuração é a noção de valor. Sabemos hoje que estar ou não no cânone é resultado de um processo seletivo que se caracteriza pela legitimação de exclusões. Distinguir entre bom autor e um mau autor, uma boa obra e uma má obra, é uma tarefa que não se apresenta mais hoje para os estudos literários brasileiros (GINZBURG, 2017, p. 23).

Entre as exclusões convencionalmente operadas, o cânone brasileiro é marcado de modo geral pela ausência: do cordel, da tradição oral, dos registros indígenas, autores e obras ligadas ao feminismo, às etnias e aos grupos marginalizados.

Entretanto ao relacionar conceitos de crítica, tempo, histórico e violência, Ginzburg (2017) demonstra que não se dissociam das relações sociais do tempo histórico dos escritores e críticos literários, pressupondo que a função fundamental do intelectual, não é mais a do pastor de almas que fornecia paranoia e culpa para seu rebanho de cândidas ovelhas pretas, afirma ainda que, o intelectual e o artista que não se venderam têm o dever de produzir memória da violência, como ética, não partidária, nem confessional, mais como dever.

No entanto, é importante salientar, que tanto no âmbito histórico quanto no literário, a resistência à ditadura militar contou com a participação ativa e protagonista de muitas mulheres. Ainda que sempre em menor número do que os homens, elas resistiram bravamente, organizaram-se em diversas frentes por todo país. Resistiram e, acima de tudo, romperam paradigmas e foram além, ultrapassaram as barreiras da cultura patriarcal predominante em nossa sociedade por séculos.

[8] Regime Autoritário – Ditadura Militar brasileira.

1.2. Literatura e Formação Social

> *[...] as ideias, os valores e os sentimentos por meio dos quais os homens vivem e concebem a sociedade em diversas épocas. E algumas dessas ideias, valores e sentimentos só se tornam disponíveis a nós na literatura.*
>
> *Terry Eagleton*

Acompanhando Milan Kunder, na obra a *Arte do Romance* (1986, p. 50) para quem "[...] a única razão de ser do romance é dizer aquilo que só o romance pode dizer", e Terry Eagleton, na obra *A ideia de cultura* (2011, p. 10), ao dizer que "[...] as ideias, os valores e os sentimentos por meio dos quais os homens vivem e concebem a sociedade em diversas épocas [...] só se tornam disponíveis a nós na literatura", é possível tomar a criação literária como suporte, como potencialização para a compreensão e explicação de processos humanos e sociais (PESSOA, 2013, p. 1).

Paradoxalmente, para se pensar a interface entre literatura e formação social, faz-se necessário acompanhar as interrogações do crítico literário e grande formador da sociologia no Brasil, Antônio Candido, que em *Formação da literatura brasileira* (2002) atribui à literatura:

> [...] uma função de conhecimento do mundo e do ser? [...] o fato de consistir na construção de obras autônomas, com estrutura específica e filiação a modelos duráveis, lhe dá um significado também específico, que se esgota em si mesmo, ou lhe permite representar de maneira cognitiva, ou sugestiva, a realidade do espírito, da sociedade, da natureza? (CANDIDO, 2002, p.17).

As palavras de Candido demonstram uma compreensão de que muitas correntes estéticas, inclusive a crítica literária marxista, entendem que a literatura, seja uma forma de expressão e de construção de objetos semiologicamente autônoma. Para Candido

> [...] a obra literária significa um tipo de elaboração das sugestões da personalidade e do mundo que possui autonomia de significado; mas que esta autonomia não a desliga das suas fontes de inspiração no real, nem anula a sua capacidade de atuar sobre ele. (CANDIDO, 2002, p. 85).

Segundo o autor a literatura consolidou-se com o propósito de fixação da nacionalidade,

> [...] Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas [...] e que só podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra [...] se combinam como momentos necessários do processo interpretativo [...] Sabemos, ainda que o externo [...] importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno [...] o elemento social configura-se como fator da própria construção artística [...] na medida em que a arte é [...] um sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pressupõe o jogo permanente de relações entre os três [...] a obra depende estritamente do artista e das condições sociais que determinam a sua posição (CANDIDO, 2002, p.4,7, 14,38,40).

Assim, embora o texto literário possua autonomia em relação ao contexto histórico-social, dele se nutre, para, então, materializar infinitos recursos estéticos e estilizar a vida social e histórica da humanidade. Por outro lado, Octaviano Ianni (1999), entende que sociologia e literatura são expressões do mundo da cultura e, enquanto narrativas, são igualmente formas de desencantamento e reencantamento do mundo e os indivíduos e as coletividades estão sempre empenhados em alguma forma de exorcismo, sublimação ou fabulação. Muda a linguagem, mas permanece a obsessão de desencantar e reencantar. A sociologia, preocupada com interrogações e hipóteses, busca sempre fundamentação objetiva, dados e evidências que possibilitem a apreensão do universal e do singular. Desse modo, ainda que situe a sua estória em algum lugar e em dado momento, o referencial histórico ou empírico pode tornar-se secundário ou mesmo diluir-se. Em geral, quando bem desenvolvida a narrativa literária, desvendam-se ressonâncias universais, escondidas no singular (PESSOA, 2013, p.03).

Nesse contexto, o sociólogo Antônio Candido, na obra *Formação da literatura brasileira* (2002), entende que a literatura tem expressamente o poder de formar, não exatamente por conta dos conteúdos, das tramas e da linguagem de que são ricas suas criações, mas porque ela recria a vida com suas "luzes e sombras" (PESSOA, 2013, p.11).

> A literatura pode formar, mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa – o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. [...] ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela – com altos e baixos, luzes e sombras. (CANDIDO, 2002, p. 83)

Portanto, a literatura não corrompe nem edifica, mas traz livremente em si o que chamamos de "bem" e o que chamamos de "mal", humaniza em sentido profundo, porque faz viver. É o próprio Candido quem afirma que todo ser humano em algum momento de sua vida necessita da fantasia, e a literatura vem suprir essas necessidades de variadas formas como o conto, a parlenda, o trocadilho. Ou ainda de forma mais complexa como as narrativas populares, os contos, as lendas e os mitos. A fantasia, porém, não é pura, ela nos remete a uma realidade, fenômeno natural, sentimento, fato desejo de explicações, costumes,

problemas humanos, fazendo assim um elo entre a fantasia e a realidade. Na história “a menina bonita do laço de fita”, clássico da Literatura infanto-juvenil da escritora Ana Maria Machado, e publicado pela primeira vez em 1986, tem a reflexão acerca do coelho que não se conformava com sua cor branca e sonhava em ter seu pelo escuro como a cor da menina que era morena com olhos bem pretos. A partir dessa história várias questões podem ser levantadas sobre a característica específica de cada um, sobre o desejo de mudança, sobre o sentimento de cada personagem, entre outros.

De tal forma, essa é apenas uma reflexão para que se possa pensar a literatura como veículo transmissor de valores, como lugar de fala dos sujeitos, lugar de formar o cidadão como ser portador de valores, cônscio dos seus direitos e dos seus deveres, que se compreende como parte da natureza; formar, no sentido delineado, pressupondo a ideia de valor em sua “[...] relação com o mundo humano, ou seja, com o homem e sua historicidade” (GEORGEN, 2005, p. 998), empregando assim, o termo valor como princípios dignos de servirem de orientação para decisões e comportamentos éticos das pessoas que buscam uma vida digna, respeitosa e solidária numa sociedade justa e democrática. Como dizia Terry Eagleton (2011) o único engajamento ou compromisso da literatura é o seu efeito, que consiste em apresentar e expor uma realidade dentro de suas próprias leis.

2. A LITERATURA EM TEMPOS DE DITATURA: A PARTICIPAÇÃO FEMININA

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

Comissão Nacional da Verdade[9]

A busca da verdade pelos familiares das pessoas que morreram na luta contra o regime militar no Brasil é uma história longa e repleta de obstáculos. De início, as famílias e seus advogados tinham em mãos apenas uma versão falsa ou simplesmente um vazio de informações. Há mais de 35 anos, seguem batendo em todas as portas, insistindo na localização e identificação dos corpos. Tiveram sucesso poucos casos, mas alcançaram êxito num primeiro objetivo importante: o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade pelas mortes denunciadas.

Depois de muita luta e pressão, exercida por militantes dos Direitos Humanos, ex-presos políticos, exilados, cassados e familiares de mortos e desaparecidos que eram a favor da Anistia e do direito a verdade, foi criado o Projeto de Lei 868, que resultaria na Lei nº 9.140/1995, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, e na criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

A CEMDP, instituída pela lei, era composta de sete integrantes: um deputado da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, uma pessoa ligada às vítimas da ditadura, um representante das forças Armadas, um membro do Ministério Público Federal e três pessoas livremente escolhidas pelo presidente da República.

Nessa época sombria conhecida como Ditadura Militar no Brasil, muitas foram as pessoas perseguidas, presas, exiladas, assassinadas, desparecidas. Nessa época, as mulheres tiveram papel muito importante, pois além de terem, junto aos homens, engajado na luta pelo ideal de liberdade social, política, identitária, deram um passo importante para as conquistas femininas ao longo dos tempos.

Dessa forma, segundo Ana Maria Colling, na obra *A Resistencia da Mulher a Ditadura Militar no Brasil* (1997), as mulheres tem buscado mostrar a sua presença na história, incluindo-as como objeto de estudo, sujeitos da história. Dessa forma, trabalhar com

[9] A Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi criada em 2011através da Lei 12.528, e foi oficialmente instalada em 16 de maio de 2012. Seu objetivo foi investigar crimes**,** como mortes e desaparecimentos, cometidos por agentes representantes do Estado no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, principalmente aqueles ocorridos durante o período da Ditadura Militar.

a história das mulheres, pressupõe o domínio de categorias analíticas para o entendimento das relações de gênero, perpassadas por relações de poder ao longo dos tempos, que ao analisar a história das mulheres, suas participações nos grupos de oposição as ditaduras militares, multiplicam-se em importância.

No entanto, para Colling (2004), as representações das mulheres atravessam os tempos e estabelecem o pensamento simbólico da diferença entre os sexos, hierarquizando a diferença, transformando-a em desigualdade, deixando á mulher como única alternativa a maternidade e o casamento, e aos homens o espaço publico, politico, onde se centraliza o poder. Adentrando ao campo da política em tempos de ditadura militar brasileira, apesar das dificuldades encontradas para realizar sua pesquisa, tal feito muda esse quadro de desigualdade entre homens e mulheres, que se propaga ao longo de décadas, possibilitando mais visibilidade as mulheres que foram protagonistas de uma das histórias mais sombrias do Brasil.

> Quando realizei meu trabalho de pesquisa, sobre a construção do sujeito politico 'mulher subversivo', senti a dificuldade de encontrar estas mulheres para trazê-las a visibilidade. Recorri aos Arquivos da repressão, documentos do DOPS – Departamento do Serviço de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul e do SOPS – Serviço de Ordem Política e Social, mas pela fragilidade da documentação fui obrigada a recorrer ao recurso metodológico utilizado para recuperar sujeitos escondidos pela história tradicional – a história oral. De imediato constato que a mulher militante política é encarada como um ser 'desviante', não uma mulher verdadeira. Esta estava no espaço a ela destinado, no santuário do lar, cuidando do marido e dos filhos. As mulheres militantes política, nos partidos de oposição á ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado á mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a mulher militante como PUTA COMUNISTA. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico. (COLLING, 2004, p. 7-8).

De tal forma, as pesquisadoras Ingrid Faria Gianordoli Nascimento, Zeidi Araújo Trindade e Maria de Fátima de Souza Santos, em uma pesquisa desenvolvida no curso de doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais, investigaram a participação feminina na militância política durante a ditadura militar brasileira (1964-19820), no qual constataram que:

> Por mais de 20 anos, uma grande parcela desses sujeitos não pode, por motivos diversos, assumir e contar suas histórias, e a mulher, como categoria, tem poucos registros históricos pertinentes. É valioso, portanto, o testemunho daquelas, que militaram contra o regime, pois através do conteúdo de suas narrativas, com suas lembranças e consequentemente reconstrução de suas histórias de vida, haverá possiblidade de se tentar resgatar parte do repertório sócio cultural daquele período no Brasil, construindo para construção de uma história pouco contada [...] (NASCIMENTO, 2007, p. 359-360).

Semelhantemente, Michelle Perrot, relata na obra *As mulheres ou os silêncios da história* (2005) que as mulheres são sombras tênues, e que a narrativa histórica tradicional lhes reserva pouco espaço. Esclarece a pesquisadora, que:

> Em suma, a observação das mulheres em outros tempos, obedece a critérios de ordem e de papel. Ela diz respeito mais aos discursos que as práticas [...] Sobre elas não há uma verdadeira pesquisa, apenas a construção de seu eventual deslocamento para fora dos territórios que lhes foram reservados [...] Assim, os modos de registros das mulheres estão ligados a condição, ao seu lugar na família e na sociedade [...] Enfim, o feminino desenvolveu uma imensa interrogação sobre a vida das mulheres "obscuras". Tomar visível, acumular dados, instituir lugares da memória (arquivos de mulheres...) foi uma das preocupações de uma história das mulheres em plena expansão nos últimos 15 anos. (PERROT, 2006, p. 10-11).

Voltemos ao diálogo entre Literatura em tempos de Ditadura, e o campo da participação feminina. Segundo Colling, a história da repressão durante a ditadura militar (assim como a oposição a ela) é uma história masculina, basta olharmos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero são silenciadas, apesar de sabermos que tantas mulheres lutaram pela democratização do país:

> Na história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos políticos autoritários, a construção de Sujeito ocorre de forma unitária e não diversificada [...] A primeira medida que a polícia da repressão utiliza para tentar desqualificar a militante política é desmerecê-la em sua vontade própria, como um ser pensante que toma atitudes políticas. O passo seguinte, para a caracterização da mulher como sujeito político desviante, é acusá-la de viver na promiscuidade. Aos homens, presos como subversivos, cometendo, portanto o mesmo delito – de insubordinação a ordem estabelecida e de contestação do poder militar a acusação não é feita [...] para a repressão, a mulher que se mete em atividades políticas, ou é uma prostituta á procura de homens, já que os partidos políticos são espaços de atuação masculina ou é homossexual [...] Portanto, sempre um sujeito desviante dos padrões e lugares determinados ao feminino [...] Por outro lado, as próprias mulheres militantes assumem a denominação masculina, tentando camuflar a sua sexualidade numa categoria sem sexo – a militante política. Para se constituírem como sujeitos políticos, estas mulheres estabelecem identidade com o discurso masculino [...] como espaço fundamentalmente masculino, impunha-se as mulheres a negação de sua sexualidade como condição para a conquista de um lugar de igualdade ao lado dos homens. (COLLING, 2016, p.378-379).

De forma sucinta e pertinente, Colling afirma que na história do regime militar brasileiro, a construção do sujeito feminino político ocorre de forma unitária, ao passo que a mulher, ao adentrar-se nesse espaço totalmente dominado pelo sujeito masculino, torna-se um ser desviante, insubordinado, subversivo, renegando-se, a margem da sociedade. E, tornando-se refém dessa desqualificação, obriga-se a camuflar ou negar-se ao ponto de se tornarem sujeitos sem sexo.

2.1 Eneida de Moraes e as memórias que se contam

Todos moram em Aruanda, terra livre e bela,
capital de sonhos, ambições e desejos.
Eneida de Moraes

Eneida de Villas Boas Costa de Moraes nasceu em 23 de outro de 1904 e faleceu em 27 de abril de 1971. Foi jornalista, escritora, militante política e pesquisadora brasileira. Eneida é sempre descrita em relatos de amigos e parentes como uma mulher forte, viva, corajosa, audaciosa e inteligente. Filha de um comandante de navios, desde pequena nutriu grande afeição pelos rios e pela Amazônia. Ainda criança, participou de um concurso de Jovens Escritores, obtendo o primeiro lugar, com um texto que falava do imaginário de um caboclo Amazônico. Além disso, foi uma mulher que contestou os padrões instituídos ao papel feminino de sua época, transitando em redutos considerados masculinos: como redações de jornais, publicação de livros e partidos políticos, mecanismos esses, que ela utilizou para o exercício de sua militância em 50 anos de atuação no cenário político e jornalístico-literário brasileiro entre 1920 e1970[10].

Contudo, podemos dividir o período de sua escrita e militância política em três: O primeiro momento foi de 1920 a 1930, época em que a escritora residia em Belém do Pará, sua terra natal, e ingressou oficialmente no jornalismo local, colaborando, no jornal *Estado do Pará*, e no jornal *Para Todos (RJ)* e nas revistas *Guajarina*, *A Semana e Belém Nova*. Participou também de vários grupos e associações de intelectuais em Belém e no Rio de Janeiro, e publicou o livro "Terra Verde". O segundo momento foi de 1930 a 1945, período em que fixou residência no Rio de Janeiro; seduzida pelas ideias socialistas, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), engajando-se no ativismo revolucionário dos anos 30 e aderindo ao discurso proletário quando este se fez uma motivação radical. Declaradamente marxista, contestou o poder vigente, participando de movimentos de reivindicações sociais e de agitação e propaganda comunista, produzindo uma escritura panfletária veiculada em volantes e jornais de células. Envolveu-se diretamente nas revoluções de 1932 e 1935, o que resultou em prisões, torturas, clandestinidade e exílio. Na prisão, conheceu Olga Benário e

[10] Biografia da escritora e jornalista Eneida de Villas Boas Costa de Moraes. Fonte Site Recanto das Letras. Link: https://www.recantodasletras.com.br/biografias/5222854.

Graciliano Ramos que a imortalizou em "Memórias do Cárcere". E o terceiro momento, de 1945 a 1970, fase caracterizada por uma "escrita consentida", atuando como jornalista profissional em periódicos partidários e na grande imprensa, exercendo as funções de repórter e de cronista, entremeando essas atividades com a publicação de 11 livros e várias traduções. Eneida também escreveu "História do Carnaval Carioca" (1958), a primeira grande obra sobre este assunto, que estabeleceria as principais categorias do carnaval brasileiro ao definir o conceito de cordões, corso, ranchos, sociedades e entrudo, entre tantos outros. Foi criadora do Baile do Pierrot no Rio de Janeiro e em Belém.

Segundo o que o jornalista Abílio Dantas escreveu para o Jornal Beira Rio, da Universidade Federal do Pará, publicado em fevereiro de 2010, utilizando como base para sua matéria o livro "Eneida Memória e Militância Política" da escritora e pesquisadora Eunice Ferreira dos Santos publicado em 2009, o nascimento do pensamento crítico na menina "Eneida de Moraes" pode ser atribuído às aulas particulares de sua mãe, nunca faltavam comentários políticos sobre a disputa eleitoral em Belém do Grão Pará. Depois, vieram os livros de autores como Máximo Gorki e Victor Hugo, que lhe emocionavam com narrativas em que os poderosos eram enfrentados. Caminho natural para uma menina, cujo nome fora uma homenagem da mãe à obra clássica do poeta Virgílio. Muito cedo, a menina aprendeu o que era repressão. Ainda não completara dez anos de idade quando foi para o Colégio Sion, internato localizado em Petrópolis. Lá, a rotina era muito rígida. Havia horários fixos para as refeições e limitações quanto aos dias de visita. Talvez tenha sido nesta época que o significado da palavra Aruanda – lugar onde todos podem ser livres e viver em paz – surgiu em sua mente. Durante toda a vida, buscou transformar o mundo em Aruanda, tanto por meio de sua literatura, quanto da vida política. Quando voltou para Belém, em 1918, o mundo havia passado pela Guerra Mundial de 1914 e novas ideias habitavam a mente de Eneida. Nomes como Stalin (que daria mais tarde para um gato seu), Lênin e Trotsky significavam palavras como transformação, liberdade e justiça; representavam questionamentos profundos ao sistema capitalista. E a capital do Pará também mudara. Surgiram revistas que já anunciavam o nascimento do Movimento Modernista no Brasil, como *A Semana* e *Efemeris*. Neste contexto, a futura escritora começou a escrever seus primeiros ensaios poéticos.

Eneida também levou sua militância política para fora do Brasil. Morou algum tempo em Paris, sendo informante de brasileiros pelo Partido Comunista, e proferiu quatro conferências sobre literatura na China. Nessa viagem ao oriente, foi representando a União Brasileira dos Escritores (UBE), entidade da qual fazia parte com outros escritores, como Jorge Amado e Peregrino Júnior. Muitas organizações e grupos contaram com os esforços e a participação de Eneida ao longo dos anos, "Tudo na vida de Eneida era extremamente intenso,

vivido com fervor", afirma a pesquisadora Eunice dos Santos. Em seu livro, isso fica explícito quando notamos o envolvimento que há entre a literatura de Eneida e a sua orientação ideológica. A crônica, gênero literário que é fruto da mistura da linguagem poética com o jornalismo, foi escolhida por ela por possibilitar uma aproximação maior com o leitor, já que circulava em jornais. A partir de 1926, a escritora passou a assinar seus textos apenas com o primeiro nome. Segundo ela, fazia isso para que ninguém responsabilizasse "nem o pai nem o marido pelos delitos que cometesse". Decidida a entrar para o Partido Comunista, em 1930, mudou-se para o Rio de Janeiro, deixando marido e dois filhos em Belém. Durante o governo autoritário de Getúlio Vargas, Eneida sofreu inúmeras prisões. "Em todos os feriados nacionais, Eneida era presa, pois eram nesses dias que costumava haver manifestações contra o governo. E ela já era muito visada", afirma Eunice dos Santos(2005). Sua primeira prisão ocorreu em 1932, por distribuir material de propaganda do partido.

A participação na tentativa de Revolução no Brasil, liderada por Luís Carlos Prestes, em 1935, levou à sua segunda e mais demorada prisão. Eneida passou um ano e cinco meses presa na Casa de Detenção da Rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro. Encarcerada na sala quatro, foi companheira de mulheres como Maria Werneck de Castro e Olga Benário, da qual foi intérprete na cadeia, pois esta só se comunicava em francês. Mesmo presa, Eneida continuou extremamente ativa. Criou, junto com seus companheiros que faziam parte do Coletivo, organização que promovia oficinas e comícios no pátio da prisão, a Rádio Liberdade. A programação era formada por notícias trazidas pelos visitantes e pela declamação de poemas. Segundo Eunice dos Santos(2005), Eneida tinha uma voz muito bonita e forte, o que a fez contribuir com a locução dos programas. "Pode-se dizer que ela exerceu a profissão de radialista por conta do trabalho na Rádio Liberdade. Por onde passava, ela inventava uma forma de lutar pelas coisas em que acreditava", constata a pesquisadora.

De tal forma, Carmo[11] (2014) afirma que a escritora paraense Eneida de Moraes, através de uma escrita que predomina aspectos da rememoração, da presentificação da memória individual, coletiva e histórica, relata registro de abusos físicos e psicológicos sofridos tanto na individualidade quanto, coletivamente com seus companheiros, ressaltando assim, aspectos de resistência social, politica e literária, pois utiliza sua escrita para questionar a moral e a conduta imposta por dispositivos de poder e discursos autoritários. Para tanto, Maurice Halbwachs (apud Borba, 2015) diz que a memória é resultado dos processos de lembranças e do recontar da experiência, de modo que ela pode, então, ser apreendida,

[11] Lilian Lobato do Carmo, mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará (2012).

conforme como fenômeno social, pois está associada ao exercício da consciência, uma vez que a reflexão precede a evocação da lembrança.

Sob esse ponto de vista o autor recupera a questão da memória como caráter social "das classes sociais ao estudo dos contextos sociais da memória" (HALBWACHS, 2015, p.7) no qual afirma ser impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza a essa reconstrução que chamamos de "memória". E é importante afirmar então, que, assim como as identidades, a memória também tem um caráter social, ela não é apenas uma reprodução das experiências passadas, mas, sobretudo, uma forma construtiva que é passível de se concretizar a partir delas no presente.

Entretanto, o autor estrutura seus estudos sobre

> [...] 'memória histórica', de um lado, pressupondo a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada sobre o passado reinventado, e por outro lado a 'memória coletiva', que magicamente recompõe o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual se desenvolvem as diversas formas da memória, que se alteram conforme as intenções por elas visadas. (HALBWACHS, 2015, p.13, 14).

Nesse sentido, a memória coletiva está localizada na interseção da memória individual e coletiva, através de séries aproximadas pelo acaso ou pelo nivelamento dos grupos, de forma que recorrermos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação

> [...] Assim, como é preciso introduzir um germe em um meio saturado para que ele cristalize, o mesmo acontece neste conjunto de testemunhas exteriores a nós, temos de trazer uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhos exteriores a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças. (HALBWACHS, 2015, p.7).

De tal forma, nossa rememoração não pode basear-se apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, ao considerarmos que nossas lembranças também são baseadas pelas lembranças dos outros, os fatos passados assumem importância maior. Dessa forma, acreditamos que revivemos mais intensamente e com maior força representativa.

2.2 Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia

O que foi feito é preciso conhecer, para melhor prosseguir.

Canção de Milton Nascimento e Fernando Brant

A Guerrilha do Araguaia integra o elenco de feitos heroicos do povo brasileiro, cujos ideais, após se propagarem por gerações, incorporam-se à alma, à própria consciência nacional. Contra a vontade dos opressores, esses feitos e seus legados passam, após longo processo de decantação crítica, a integrar o acervo de lutas que anima e credencia o povo e os trabalhadores a enfrentar os desafios da jornada libertadora. Na história do Brasil, os oprimidos, na maioria das batalhas que travaram, tiveram que empreendê-las duas vezes, primeira a protagonizar a resistência, a luta, a conquista, o fato histórico em si; a segunda divulgá-lo, fazê-lo reconhecido oficialmente e conhecido do conjunto da nação (MONTEIRO, 2005, p.07).

A Guerrilha do Araguaia é considerada uma das páginas mais sombrias da época da Ditadura Militar no Brasil, especialmente por ter sido organizada por membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que, na época, era considerado ilegal pelo governo ditatorial. O local escolhido para preparação da frente guerrilheira foi a Região do Bico do Papagaio, localizado no Sul e Sudeste do Pará e parte do Maranhão e Goiás (hoje Tocantins). A região oferecia condições propícias à organização, em virtude de ser uma zona de difícil acesso e rodeada de mata amazônica, o inimigo não poderia usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão, etc. Além disso, tratava-se de um lugar inóspito, distante das grandes cidades e habitado por camponeses pobres explorados por grandes latifundiários. A região era considerada um caos de ilhas; uma espécie de mosaico fluído de pequenos igarapés, rios, pequenos lagos que resistiam à seca, com peixes e caças em abundâncias e na imensidão verde, muitos meios de se extrair alimentos como: a castanha-do-pará, o coco babaçu, o cupuaçu.

A resistência guerrilheira contava apenas com 69 (sessenta e nove) militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e cerca de 30 (trinta) camponeses da região, que aderiram ao movimento e resistiram heroicamente por quase 3 anos às investidas de um contingente de mais de 5 mil homens (algumas fontes falam em um efetivo de 20 mil homens

das três Forças Armadas). As tropas da ditadura se instalaram na Transamazônica e nas cidades de Xambioá, Marabá, Araguatins, Araguanã e nos povoados de Palestina, Brejo Grande, São Geraldo do Araguaia e Santa Cruz. Os militares utilizavam aviões, helicóptero e, nos rios e igarapés, barcos da Marinha. Os moradores eram interrogados e tratados com violência, e muitos foram obrigados a servir de guias, também conhecidos como "mateiros", ao Exército, conduzindo-o pela mata fechada e localizando os esconderijos de alimentos que abasteciam os guerrilheiros (paióis de milho, arroz e castanha) foram queimados e árvores frutíferas foram arrancadas (RIBEIRO, 2007, p. 51).

Apesar da inferioridade numérica, a resistência guerrilheira se mostrou possível e o Exército, que teve sua primeira tentativa de combater a guerrilha, frustrara-se. Foram obrigados a recuar e rever seus métodos. A segunda campanha do Exército ocorreu em abril de 1973 e foi chamada de *Operação Sucuri*. Dessa vez deixaram de lado todas as leis da guerra e passaram a executar prisioneiros e decapitar cadáveres. Aviões sobrevoavam a mata e as vilas despejando folhetos contendo ordens de rendição. As mensagens diziam que a guerrilha estava cercada e que os moradores não apoiavam a causa dos "terroristas". Porém, apesar de uso de novas táticas de combate e de ter deixado muitos guerrilheiros mortos, a segunda invertida também fracassou, e o Exército recuou novamente, propondo um breve período de trégua. A guerrilha então pode reatar sua ligação com a população, que intensificou seu apoio à causa, fornecendo comidas, redes, calçados e roupas. Os guerrilheiros por sua vez, ajudavam as famílias no trabalho da roça, com remédios contra a malária, doença que acometia boa parte da população da região (RIBEIRO, 2007).

Nesse período de trégua, ocorreu grande exaltação à luta, algumas cantigas, poemas e cordéis foram criados e recitados pela própria população nas festas de Marabá e Xambioá. Porém, esse período de fortalecimento da causa, durou pouco, a terceira e última campanha do Exército iniciou-se em setembro de 1973 e durou até março de 1975. Ficou sendo chamada de Operação Marajoara. As tropas da ditadura iniciaram a operação desencadeando intensa repressão contra as massas populares, prenderam quase todos os homens e deixaram nas roças apenas as mulheres e crianças, muitos pais de famílias enlouqueceram nas sessões de torturas, muitos desapareceram e tiveram suas casas, roças e paióis de alimentos queimados. Dispostos a aniquilar a guerrilha a qualquer custo, muitos militantes foram mortos de uma só vez, uma perda decisiva que abalou terrivelmente os ânimos dos poucos guerrilheiros que ainda resistiam foi a morte de Osvaldo Orlando da Costa, apelidado de "Osvaldão". Morto em uma emboscada, seu corpo foi amarrado pelos pés a um helicóptero e exibido à população como um troféu, depois teve sua cabeça cortada. Foi uma longa e sangrenta batalha que em muitos aspectos lembra o conflito que ficou conhecido como Guerra de Canudos, no sertão baiano.

O último guerrilheiro "abatido" foi a guerrilheira Walkíria Afonso Costa, estava perdida na mata, faminta e nua, não tendo mínimas condições de oferecer qualquer reação e mesmo assim foi torturada e morta. Era o fim da luta de resistência dos bravos guerrilheiros que passaram a se resumir ao comandante Ângelo Arroyo e Micheas Gomes de Almeida o Zezinho do Araguaia, os dois foram caçados, mas conseguiram fugir da área e chegar a São Paulo. Zezinho foi executado na famosa Chacina da Lapa, em 1976, Arroyo conseguiu fugir e também salvou os originais de seu diário de guerra, possibilitando que conhecêssemos esta terrível história. A Lei de Anistia permitiu o retorno dos exilados políticos ao Brasil. Por fim, todos os que morreram na luta contra a ditadura contribuíram para a volta da liberdade e dos direitos civis. (RIBEIRO, 2007).

A Guerrilha do Araguaia é um tema que persiste, porém ainda esbarra na falta de informações e documentos seguros que possam contá-lo com riqueza de detalhes, devido a censura que lhe foi imposta durante tanto tempo, o confinamento e a destruição dos arquivos, pois durante todos esses anos, o Exército tratou de ocultar a história oficial, e até mesmo negar que ela tenha ocorrido da forma como registra o relatório Arroyo ou o depoimento dos sobreviventes, mas, de certo modo, o tema persiste e continua incluso, na consciência democrática e nos valores humanísticos e religiosos do povo brasileiro que de certo modo não aceitam o fato de que se negue, até os dias de hoje, o direito dos familiares dos guerrilheiros e do Partido (PCdoB) ao qual pertenciam, de enterrar em túmulo honroso os restos mortais dos combatentes.

Entre esses valorosos brasileiros (as) que perderam suas vidas, para defender uma causa justa, a causa do povo brasileiro, que até os dias atuais aspira à liberdade e à justiça social, estava a estudante paulista Helenira Resende, verdadeira heroína do povo, mas ela não estava sozinha, outras mulheres: Dinalva Oliveira Teixeira (Dina), Luiza Augusta Garlippe (Tuca), Maria Lúcia Petit (Maria), Àurea Elisa Valadão (Elisa), Dinaelsa Santana Coqueiro (Mariadina), Maria Célia Corrêa (Rosa), Jana Moroni Barroso (Cristina), Sueli Yumiko Kanayama (Chica), Telma Regina Cordeiro (Lia), Lúcia Maria de Sousa (Sônia) e Walkíria Afonso Costa (Walk) jovens mulheres que assim como Helenira, foram capazes de se aliarem aos homens combatentes e assim mostraram o heroísmo e bravura da mulher. Todas, sem exceção, foram fiéis aos princípios da Guerrilha do Araguaia e não se renderam diante do inimigo, lutaram até a última bala e entregaram suas vidas para que as futuras gerações pudessem nascer num país livre e democrático. Sintetizadas aqui na figura de Helenira Rezende, essas bravas mulheres devem ser lembradas com carinho e orgulho por todo (a) brasileiro (a), exemplo da luta que forja o caráter de um povo e de uma nação.

Helenira Resende de Souza Nazareth nasceu no dia 19 de janeiro de 1944, em Cerqueira césar (SP). Aos quatro anos de idade mudou-se com a família para Assis, uma pequena cidade localizada no interior de São Paulo. Filha de Adalberto de Assis Nazareth (médico humanista dotado de grande inteligência e sensibilidade) e Euthália Resende de Souza, a menina concluiu o Curso Clássico na EEPSG Prof. Clybas Pinto Ferraz, desde muito cedo se mostrou uma aluna aplicada, inteligente e comunicativa, cresceu aprendendo a admirar o pai, de quem herdara o desprendimento material e a solidariedade para com os pobres. Participou do movimento estudantil de 1967 a 1970, sendo eleita para direção da UNE (União Nacional dos Estudantes), período 1969-1970. Foi presa e torturada pela "famigerada equipe do Fleury". Posteriormente, passou a viver na região do Araguaia, onde se dedicava à agricultura.

No dia 29 de setembro de 1972, cercada por tropas da reação, não se amedrontou, recebeu uma rajada de metralhadora nas pernas e verteu muito sangue; mesmo ferida gravemente continuou resistindo, matando um soldado e ferindo gravemente outro, só tirou o dedo do gatilho quando as balas acabaram, foi então cercada pelo grupo. Ao ser presa, ainda viva e com uma arma apontada a sua cabeça, gritou aos seus algozes "*jamais entregaria meus companheiros! Eles me vingarão!"*, em seguida foi torturada e assassinada com golpes de baioneta na cabeça, tendo seu corpo enterrado na localidade chamada Oito Barracas localizada no município de São Geraldo do Araguaia-PA. (Monteiro,2005, p. 163). Helenira Rezende, mulher brava e valente, que em nenhum momento se deixou abater pelo medo ou pelo cansaço, lutando por uma causa coletiva, honrou a juventude brasileira. É uma mulher que acreditava que só a luta revolucionária seria capaz de resgatar a liberdade subtraída pela ditadura, como também foi uma mulher que rompeu com os padrões instituídos ao papel feminino de sua época ao participar ativamente do movimento armado na luta pela liberdade. Desse modo, cabe a todos nós brasileiros provar que a coragem de Helenira e suas companheiras não foi em vão, nossa obrigação é leva-las para todo o Brasil, pois todos os que morreram na luta contra a ditadura contribuíram para a volta da liberdade e dos direitos civis.

3. LITERATURA E MEMÓRIA

> *A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.*
>
> *Joël Candau*

Segundo Joel Candau, na obra *Memória e identidade* (2016), memória e identidade estão indissoluvelmente ligadas. Assim, a partir de uma forma individual, um ser humano, que é um dado imediato do "cogito", passa-se para formas coletivas, ou seja, a memória e a identidade individual de um indivíduo não são livres de influências coletivas. Logo, o indivíduo e o, grupo compartilham práticas, representações, crenças, lembranças. Além disso, o autor também ressalta o importante trabalho da memória na construção da identidade do sujeito, diz ele: "é o trabalho de reapropriação e negociação que cada um deve fazer em relação a seu passado para chegar a sua própria individualidade".

De tal forma, Maurice Halbwachs, na obra *A memória coletiva* (2003), sustenta essa ideia ao falar do mito da jovem esquimó descoberta no século XVIII, que totalmente despojada de quadros coletivos da memória que a vinculassem a sua sociedade de origem, estaria sem nenhuma lembrança, logo sem nenhuma identidade individual e social. A conservação de si através do tempo implica a interdição do esquecimento, insistindo então no fato de que as lembranças que guardamos de cada época de nossa vida, se reproduzem sem cessar e permitem que se perpetuem "pelo efeito de uma filiação contínua, o sentimento de nossa identidade" (HALBWACHS, apud CANDAU, 2016, p. 17). De um modo geral, o autor volta seus estudos para o âmbito de que o indivíduo é destruído pelo esquecimento, "sem lembranças, o sujeito é aniquilado [...] É a memória, ainda, que iria fundar as identidades coletivas [...] 'rico legado das lembranças' e à 'herança recebida indivisa' e que constituem a alma e o principio espiritual da nação" (HALBWACHS, apud CANDAU, 2016, p. 17).

Contudo, a memória coletiva tira sua força e sua duração da memória individual. Por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto

integrantes do grupo, dessa massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras. Em todo caso, segundo o Halbwachs (2003) todo indivíduo participaria de dois tipos de memórias, por outro lado, essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual - para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas lacunas – apoia- se na memória coletiva, podendo através dela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos.

Diante do grau de relevância da memória individual do indivíduo ante a um grupo social, explicitado por Candau (2016) e Halbwachs (2003), podemos afirmar que a literatura contribui significativamente com o processo de construção da memória coletiva e individual, uma vez que os textos literários transitam entre as fronteiras da ficção e da realidade, entre literatura, história, ética, etc. Além disso, segundo Afrânio Coutinho:

> Através das obras literárias, tomamos contato com a vida, nas suas verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades da mesma condição humana. Ela tem existência própria, é ela e nada mais, e seu campo de ação e seus meios são as palavras e os ritmos usados por si mesmos. (COUTINHO, 1976, p.10)

Levando em conta as afirmações de Coutinho, podemos sinalizar que, de alguma forma a literatura é responsável por diversos livros de ampla influência, e que o valor da obra reside "no seu aspecto estético-literário, que lhe é comunicado pelos elementos específicos, componentes de sua estrutura, e pela finalidade que precisa despertar no leitor" (COUTINHO, 1976, p. 8), uma vez que haja uma conexão entre conflitos no campo social e econômico, a desigualdade promovida pelo capitalismo e conflitos de opinião, pois essa conexão assinala o campo da memória cultural;

> O que deve ser lembrado, o que pode ser esquecido? O campo da memória cultural é um campo pedagógico [...] nesse sentido, discutir critérios de avaliação de obras literárias exige discutir política da memória. Isso é particularmente importante no contexto de sociedades fortemente autoritárias, com linhagens institucionais de orientação ditatorial, caso da brasileira. Levando em conta Nelly Richard (Richar, 1999), estaríamos diante de um problema de constituição de memória e esquecimento no campo coletivo.

De tal forma, podemos considerar que uma obra literária também é relevante por corresponder valores de um grupo social específico, resgatando, assim, as vozes que foram silenciadas pela história. De certo modo, a literatura propicia ao leitor/receptor mais do que análise e interpretação, o texto literário independentemente de sua temática, comporta momentos de reflexão, motivação e criticidade sobre os mais variados assuntos, fictícios ou históricos.

Nesse sentido, Candido (2002, p.33) afirma que uma obra literária é uma realidade independente, cujo seu valor não está na fidelidade dos fatos, e sim na fórmula que obteve

para moldar e atribuir forma aos elementos não literários: impressões, paixões, ideias, fatos, acontecimentos, que são a matéria prima do criador.

3.1. Poemas para Helenira Rezende

A guerrilha do Araguaia ocorreu na clandestinidade e sob forte perseguição, não há muitos documentos que comprovem sua deflagração e, consequentemente todos os fatos que a envolve. Muitos são os escritos, cantigas e poesias que são atribuídas aos guerrilheiros e suas autorias. Alguns textos permaneceram apenas na memória de moradores da região, até serem descobertos pela caravana de familiares de mortos e desaparecidos no Araguaia, pelos jornais e revistas da atualidade ou até mesmo pelos poucos pesquisadores que se dedicam a manter viva na memória dos brasileiros uma importante parte da historia do nosso País. A exemplo disso temos os 'poemas dedicados a Helenira Resende'.

Os poemas denominados "Poemas Para Helenira" provavelmente foram feitos pelos guerrilheiros do Araguaia, é o que se afirma no livreto *Cantigas do Araguaia* (1980), de Libério de Campos. Segundo o jornalista Luiz Maklouf, esses poemas foram enviados em 1976 para o jornal *O Estado do Pará*, onde ele trabalhava e sabendo que jamais seriam publicadas naquele veículo, ele guardou-as pacientemente até que houvesse condições de leva-las ao conhecimento público. Alguns anos após o fim da Guerrilha do Araguaia, os pais de uma das guerrilheiras desaparecidas no Araguaia, quando estiveram na região procurando obter informações do paradeiro da filha, mantiveram contato com o jornal "Resistência" e conseguiram uma cópia completa das poesias.

Independentemente de se saber de fato quem foram os autores ou o autor de tais poesias, podemos perceber ao ler que quem as escreveu conhecia intimamente a Guerrilha e sua persona principal, "Helenira". Não se pretende, com esse estudo, teorizar esses poemas com a intenção de mostrar que se trata de textos literários, tampouco escandir os poemas na intenção de avaliar a qualidade das produções. O que se pretende é mostrar esses poemas, dar visibilidade à participação feminina na Guerrilha, conhecer a literatura que se produz, mas que não tem espaço dentro do cânone, como bem apresento, Bruno Ribeiro com a obra *Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia* (2007).

O pensamento de tomar a cultura como dimensão do comportamento humano, isto é, o sentido que os homens e as mulheres atribuem a sua realidade, ganha destaque nos estudos que Roger Chartier, teórico francês, procurou desenvolver, por meio de textos literários, a fonte de compreensão sobre o indivíduo e seu meio social. De tal maneira, a construção histórica de um sentido se dá entre representações e apropriações. Após anos de lutas de autonomia feminina, há de se compreender que a história é feita por homens e mulheres a partir de suas escolhas no palco político que eles montam e assumem para si. Nessa construção da história, muitas são as atuações e os sujeitos silenciados. É o caso da guerrilheira Helenira Resende. No texto *As mulheres e o silêncio da história* (2005), Michele Perrot diz:

> Silenciosas as mulheres? – Mas elas são as únicas que escutamos, dirão alguns de nossos contemporâneos, que, com certa angústia, têm a impressão de sua irresistível ascensão e de sua fala invasora. [...] Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, "esqueceu" as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT, 2005, p. 09)

Essa obra de Perrot expõe os vários recursos de silenciamento impostos à voz feminina na história do ocidente, de maneira a pluralizar os objetos de investigação que se ampliam para os sujeitos históricos, como operários, camponeses, escravos e as mulheres, ou seja, todos que sempre estiveram colocados em uma arena de menor importância. É dentro dessa esfera de dar visibilidade a esse sujeito, que os poemas dedicados a Helenira Resende, presentes no livro *Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia* (2007), de Bruno Ribeiro, serão observados. A proposta aqui, portanto, não se trata de uma análise estética dessas construções, mas de uma análise que prima pela representação como instrumento de conhecimento de maneira a dar visibilidade ao sujeito ausente, buscando mostrar a presença feminina na história e incluindo-a como objeto de estudo e sujeito da história.

3.1.1 Poema 1

Uma mulher
Se tece em
Cardos

Cordas
Cordeiras aspirações
Assim é
Assim quer
O dono da noite
Mas
Uma mulher é capaz
De paz
E de guerra
Uma mulher.
(RIBEIRO, 2007, p. 75-76)

Esse primeiro poema já, de imediato mostra a mulher militante que foi Helenira; ela que "*se tecem/ cardos/ cordas (...) uma é capaz de paz/e de guerra*" são expressões que remetem à representação de luta e resistência ao se observar a expressão 'cardos' como um caminho que vai de um extremo ao outro e 'corda' que, ao mesmo tempo que pode significar a prisão, relaciona-se, também, a caminho, linha a seguir, direção. A contraposição 'paz' e 'guerra' apontam para o destaque de Helenira com sua capacidade de insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição, desconsiderando o lugar destinado à mulher. Ou seja, ela é paz porque luta pelos ideais de liberdade coletiva, mas é igualmente guerra por rompe os padrões sociais estabelecidos, abrindo espaço para a visão de uma mulher que invade um campo que é "dito" pertencente a classe masculina.

A capacidade feminina representada no poema acima vai ao encontro do que Michelle Perrot diz na obra intitulada *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (1988), pois para a pesquisadora Michelle Perrot (2005):

> Muitas vezes, observou-se que a história das classes populares era difícil de ser feita a partir de arquivos provenientes do olhar dos senhores – prefeitos, magistrados, padres, policiais. Ora, a exclusão feminina é ainda mais forte. Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade de se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos que considera normal ser seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês? (PERROT, 1988, p. 198)

Essa fala de Michelle é o que se pode observar em relação ao poema no sentido de que há uma voz feminina presente, uma resistência, mas quando se pensa em fatos históricos que retratem os tempos da Guerrilha do Araguaia, essa força e essa capacidade ficam no ocultamento; há uma rasura, uma invisibilidade que não se aplica à participação feminina quando se compara com a masculina. E esse pensamento contribui para a discussão sobre a opressão e visibilizar as violências estruturais e sistêmicas que atingem as mulheres enquanto uma espécie de classe com a tendência de focar num possível poder das mulheres.

3.1.2 Poema 2

Uma mulher
Desfaz-se de cordas
E
Coisas
Mais graves
E se faz em ave
E voa e vai avoa
Acima
De si
Para o sol
E livre
Leve
Livre,
Isenta dos nossos
Vossos
Estreitos compromissos
Ela fere a noite
Pois prefere o sol
O SOL
Eis o que ela mira
HELENIRA
(RIBEIRO, 2007, p. 76-77)

Nesse poema, essa militante política que foi Helenira foge do enquadramento de uma categoria de representação do modelo histórico feminino. Ela, '*desfaz-se de cordas e de coisas mais graves*' e a palavra 'cordas' surge como o que prende. Uma prisão que pode apontar tanto para um aprisionamento ligado à restrição do espaço que era destinado à mulher quanto para tornar-se a prisioneira de guerra, o que na maioria das vezes acontecia com quem se voltasse contra a ditadura imposta na década de setenta.

Na sequência, vemos que a mulher homenageada nesse poema '*se faz em ave e voa acima do sol, livre e leve*'. Essa sequência abre para a percepção de uma mulher que lutou pela redemocratização do país, adentrando em um espaço público, político por excelência, mostrando a liberdade feminina que pode ser conquistada.

Assim, por se tratar de uma luta revolucionária que atuava fortemente na Selva Amazônica, poderíamos imaginar que em tais poesias predominassem uma temática revolucionária agrária, de cunho socialista, com convicções de luta e apelos explícitos à causa da militância política, especialmente na sequência "*isenta nos nossos vossos estreitos compromissos*". Esses 'estreitos compromissos', referidos no poema, podem ser vistos dentro da perspectiva, mais uma vez, da mulher que rompe padrões destinados a figura feminina. Era comum o desmerecimento da mulher em sua capacidade como um ser pensante, que toma atitudes políticas "ditas" desviantes, erráticas e infratoras, como forma de desqualificar a participação na militância política. Mesmo assim, o poema mostra que quem viveu e conviveu com Helenira, bem sabia que ela não se limitava aos compromissos que eram destinados à mulher nessa época, e isso pode ser observado na expressão "*O SOL eis o que ela mira*". O sol, que representa luz, vida e força, é o elemento que liga a militante como uma categoria desviante dos padrões estabelecidos pela sociedade que enclausura, amordaça e anula a mulher, delegando-a ao mundo privado e doméstico.

O passo seguinte, para a caracterização da mulher como um sujeito político desviante, é acusá-la de viver na promiscuidade. Aos homens, presos como subversivos, cometendo, portanto, o mesmo delito - de insubordinação à ordem estabelecida e de contestação ao poder militar - a acusação não é feita. Certamente, o relacionamento com várias mulheres, para provar sua masculinidade, faz parte da vida do homem. A mulher que tem um relacionamento com vários homens é um ser desviante, promíscua, e não merecedora de respeito.

3.1.3 Poema 3

Uma mulher
Ave, Helenira
Os que vão lutar te saúdam!
O povo, o teu povo te saúda
E inscreve no peito
Em secreta caligrafia
O teu nome
Que é VIVO
E SEMPRE
Ave, mulher – Helenira ira –
Porque
Além da morte
Estás viva
E cantas dentro de nós
Muito mais forte que nós
O teu brado de
Vida
Esta fome de luz
Esta certeza
Este gosto de fogo
Que nos equilibra
(RIBEIRO, 2007, p. 77-78)

O nome de Helenira e de seus companheiros não consta nos livros de escolas e não há notícias de que tenham sidos homenageados oficialmente depois de mortos, porém podemos notar nos trechos "*além da morte Estás viva E canta dentro de nós*", que apesar do esquecimento por parte da história e por parte daqueles que mais deveriam lembrar-se (seus opressores), Helenira permanece gravada na memória do povo pobre de Faveira, Caianos e Gameleira, municípios, onde se desenvolveu a Guerrilha do Araguaia.

Na sequência podemos observar "*Uma mulher, Ave, Helenira*!", saudação e exaltação à Helenira Resende na sua particularidade. De modo que o trecho "*O teu brado de Vida Esta fome de luz*", reforçando essa ideia de exaltação da figura feminina, pois todas estavam e estão sintetizadas na figura de Helenira Resende. Essas mulheres devem ser lembradas com orgulho, Helenira foi uma das mais conhecidas combatentes desse movimento de resistência.

Sua coragem, disciplina e bravura, nunca a deixaram abater-se, ressaltando assim o papel da mulher brasileira na luta por seus ideais.

"*Esta certeza Este gosto de fogo Que nos equilibra*" enfatiza a convicção, a força e a resistência de Helenira Resende, pois ela sabia que estava lutando não por capricho pessoal, mas por uma coletividade. Tinha consciência de seus ideais, e o quanto eles representavam para a história nacional, travou diversos combates dentro e fora da selva, mais manteve-se firme, lutou, resistiu até a última bala, e entregou sua vida para que futuras gerações pudessem nascer num país livre e democrático.

Uma maior compreensão acerca da importância temática presente neste poema está a defesa da relação que há entre a literatura e a história, conforme afirma Sandra Pesavento (2003) sobre a representação, já que nesse poema o presentificar que se materializa nas expressões "*Além da morte estás viva*". Nota-se, nessa sequência de palavras a construção de um fato que possibilita a verificação de evidências, e, assim, o mostrar de uma história: a história de Helenira Resende.

3.1.4 Poema 4

Hoje
(por enquanto)
Noites ásperas
Duro silêncio
Podemos apenas
O canto tímido
De teu nome
Amanhã porém
Rosas vermelhas
Germinarão de teu sangue
E num dia de sol e vidro
Cantaremos
Aos quatro ventos
Tua canção de justiça
(RIBEIRO, 2007, p. 78)

Através da combinação de memória, realidade e ficção, o poema quatro (4), traz a presentificação de um passado saudoso "*Hoje (por enquanto) Noites ásperas Duro silêncio*", remetendo-nos à ideia de "memória subterrânea" que segundo Michael Pollak (apud Teixeira, 2015), a memória subterrânea é parte integrante das culturas minoritárias e dominadas que se opõem a "memória oficial".

Ao passo seguinte nos versos "*Cantaremos Aos quatro ventos Tua canção de justiça*" podemos verificar traços do que Pollak (1989) diz acerca da história oral, meio no qual esses poemas eram veiculados até serem publicados por Libério de Campos, em 1980. Segundo Pollak, a história oral é capaz de ressaltar a importância dessas "memórias subversivas" que prosseguem em silêncio. De modo que é perceptível que em todo o poema ocorre uma rememoração individual e coletiva, ambas utilizadas como meio de resistir ao tempo e ao esquecimento.

Por fim, "*Rosas vermelhas Germinarão de teu sangue*", nota-se a certeza de que as coragens, dedicação empregados no movimento de resistência, não foram em vão. Aos poucos suas memórias, suas histórias, vão sendo recuperadas e seus feitos reconhecidos e valorizados, de modo, que todas as mortes, torturas e sofrimentos, ocorridos dentro do movimento de resistência ditatorial, servirão como exemplos para homens e mulheres irem em busca de um país igualitário e democrático.

3.1.5 Poema 5

Helenira Resende

Helenira como muchos
Um dia descubrió
La verdade
Como muchos.

La verdade del Pueblo
Aquella verdade dura
Del Pueblo aprimido.

Y ella la defendió

La defendió hasta el fin.

Y mira que eso es difícil,
A veces más que morir.
Y ella la defendió
Noche y día.

Noche y día
Ella vivió,
Del hombre su alegria,
Del Pueblo sus dolores.
Ella amó y sufrió
Noche y día.

Noche y día
Trabajó,
El hombre de la tierra,
La tierra del hombre
Su tierra
Noche y día.

Noche y día
Helenira hizo de sí,
Uma arma del pueblo,
Del pueblo su lucha.

Um día helenira murió
Y esse día se hizo noche,
Pero enseguida nació
Outro día
Que ella dejó para nacer.

Helenira no murió
Así tan simplemente,
La vida le fue arrancada.

Asesinada
Fue Helenira
Sino, ella no dejaba
La vida
La lucha
Noche y día.

Y ella sigue presente
En el Pueblo
Em la llama de la lucha
Em el ánimo
Em el movimento

De todo aquello
Que quiere hacer
De nuestro mundo
Nuestro mundo brsileño
De nuestro mundo enterro
El mundo de aquél
Que,
Explotado
Sufrido
Noche y día
Lucha para construir
Um mundo de libertad
(RIBEIRO, 2007, p. 78)

Tradução do Espanhol para o Português

Helenira como muitos
Um dia descobriu
A verdade
Como muitos

A verdade do Povo
Aquela verdade dura

Do Povo oprimido

E ela a defendeu
A defendeu até o fim

E olha que isso é difícil,
As vezes mais que morrer.
E ela a defendeu
Noite e dia.

Noite e dia
Ela viveu,
Do homem sua alegria
Do povo suas dores.
Ela amou e sofreu
Noite e dia.

Noite e dia
Trabalhou
O homem da terra,
A terra do homem
Sua terra
Noite e dia.

Noite e dia
Helenira fez de si,
Uma arma do povo
Do povo sua luta.

Um dia helenira morreu
E esse dia se fez noite
Mas imediatamente nasceu
Outro dia
Que ela deixou de nascer

Helenira não morreu
Tão simplesmente
A vida lhe foi arrancada
Assassinada
Foi Helenira
Senão, ela não deixava
A vida
A luta
Noite e dia

E ela segue presente
No Povo
Na chama da luta
No ânimo
No movimento

De todo aquele
Que quer fazer
Do nosso mundo
Nosso mundo brasileiro
Do nosso mundo inteiro
O mundo de aquele
Que,
Explorado
Sofrido
Noite e dia
Luta pra construir
Um mundo de liberdade

(Tradução livre)

Independentemente da temática ou da forma estilística que predominam nesses poemas, podemos afirmar que são textos de imenso valor principalmente para todos nós (brasileiros): primeiro por representarem resquícios de vidas e propósitos dos nossos homens e mulheres, filhos (as), esposos (as), pais e mães e irmãos e irmãs, que nos foram assassinados bruscamente, depois, pelo seu valor histórico-social, pois tais poemas compõem de forma significativa o pouco acervo existente acerca da Guerrilha e do período Ditatorial Brasileiro, como também das pretensões dos guerrilheiros (as) e de como eles enfrentavam suas lutas. Podemos ainda dizer que se trata de poucos registros literários desse período que acabam ficando no esquecimento.

O quinto (5) poema inicia ressaltando a motivação dos comunistas revolucionários para escolha da região do Araguaia, "*Helenira como muitos, Um dia descobriu, A verdade, Como muitos, A verdade do Povo, Aquela verdade dura, Do Povo oprimido*", que segundo Renato Rabelo[12], em entrevista realizada em 2004 para revista Anita Garibaldi, deu-se por dois motivos; primeiro por se tratar de uma região no meio da floresta Amazônica, consequentemente de difícil acesso, e isso dificultariam as investidas das forças nacionais ao movimento; segundo, por se tratar de uma região onde o povo local vivia numa situação de desigualdade social, praticamente na miséria, as dificuldades e aspirações seriam segundo ele combustível para que todos aderissem à causa.

[12] José Renato Rabelo foi presidente do PCdoB de 2011 a 2015.

Assim, como nos demais poemas dedicados a Helenira, predomina, nesse, a presentificação da memória individual, a experiência revolucionária em sua particularidade, como também se intercala com a "memória coletiva", de modo que através dessa dedicatória, "Poemas dedicados a Helenira Resende", foi revelada uma memória, não só da memória de uma revolucionária corajosa e valente, como também, a memória histórica social brasileira.

Vale ainda ressaltar que apesar de não sabermos de certo a autoria dos poemas, aparentemente foram escritos por alguém que conhecia a luta revolucionária intimamente, pois contém um sentimento de pertencimento, especialmente pelo uso de expressões como "nosso".

3.2. Eneida - "Capítulo dos relógios".

Para Candau (apud TEIXEIRA, 2015), assumir a existência não problemática de uma memória e identidade "coletivas" é perigoso. Para afirmar com veemência que esses dois conceitos existem, precisaríamos ter acesso irrestrito e total a todas as lembranças de um determinado grupo – utopia difícil de alcançar, até porque, muitas das memórias que acreditamos compartilhar plenamente têm "sombras" que nem mesmo nós percebemos. No entanto o autor afirma

> [...] os fluxos do tempo [...] ameaça os indivíduos e os grupos em suas existências [...] A memória nos dará está ilusão: o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança. Pela retrospecção o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez ajuda-lo a encarar sua vida presente. De acordo com Santo Agostinho, 'o espírito é a memória mesma'. Buñuel dizia que era preciso perder a memória, ainda que parcialmente, para se dar conta de que é ela que 'constitui a nossa vida'. (CANDAU, 2016, p.15)

Dessa forma, Candau (apud TEIXEIRA, 2015), admite que as escolhas memoriais dependem da representação que fazemos de nossa própria identidade – e que essa identidade é construída "no interior de uma lembrança", e essa lembrança é construída no terreno da própria memória, capacidade que acompanha cada indivíduo desde seu nascimento e surgimento da espécie humana; se tratando do caráter essencialmente individual da memória, existem conjuntos de lembranças públicas relativamente estáveis, que são repetidas diversas vezes no interior de um grupo; e essas representações públicas, estáveis e repetitivas, segundo

o autor dá o nome de "representações culturais", responsáveis por modificar o ambiente e próprio indivíduo.

> [...] a memória precede a construção da identidade, sendo um dos elementos essenciais da busca 'extrema, individual e coletiva' [...] Entretanto, se a memória vem antes, a demanda identitária pode vir reativá-la [...] a memória é 'geradora' de identidade, no sentido que participa de sua construção, essa identidade, por outro lado, molda predisposições que vão levar os indivíduos a 'incorporar' certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais [...] que dependem da representação que ele faz da sua própria identidade, construída 'no interior de uma lembrança'[...] . (CANDAU, 2016, p.18-19).

Assim, podemos verificar nas reflexões de Candau que memória e identidade estão totalmente em conexão, uma vez que, não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade. Para isso,

> Essas lembranças presentificadas através da memória assegura uma continuidade fictícia ou real entre o passado e o presente, como também, consiste em expor, 'um pedaço de passado moldado às medida do presente' de tal maneira que possa se tornar uma peça do jogo indenitário". (CANDAU, 2016, p.122).

Para tanto, Pierre Nora (1993) compreende que a sociedade moderna imergida em um mundo de transformações incessantes e através de um sentimento histórico profundo, busca incansavelmente conservar o passado, que numa oscilação cada vez mais acelerada, é capaz de passar despercebido e se tornar definitivamente esquecido,

> Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. (NORA, 1993, p.07).

Desenvolvendo assim, a ideia de "lugar de memória" com o interesse social em preservar a memória, aprofunda suas análises em pesquisas sobre em quais ambientes, de que maneira, e com quais recursos, práticas e mecanismos somos capazes de perpetuar as memórias. Assim, diante da ameaça de esquecimento e da busca pela preservação da memória coletiva, surgiu uma obsessão pelo registro, pelos traços, pelos arquivos, em súmula, uma busca incessante pela história.

Ainda no que se refere à memória, Maurice Halbwachs (2003) volta seus estudos para os conceitos de "memória individual" e "memória coletiva". Segundo o autor, cada indivíduo recorre primeiramente a suas próprias recordações, a testemunhos para rememorar acontecimentos passados, porém para completar essa rememoração é preciso contar não só com os próprios testemunhos, mas também com os testemunhos de mais pessoas do seu grupo social. Esclarece ele:

> Recorremos a testemunhos [...] o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso [...] assim que evocamos juntos diversas circunstâncias de que cada um de nós lembramos [...] conseguimos pensar, nos recordar em comum, os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade (HALBWACHS, 2003, p.29-30).

Nesse sentido, como aponta Maurice Halbwachs (2003), memória individual e memória coletiva dialogam entre si, de forma que só será possível rememorar lembranças de um determinado grupo se as testemunhas permanecerem em contato e ainda se identificarem com as ideias comuns a seus pares. E "não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros" (HALBWACHS, 2003, p. 39).

Diante desse contexto, de apontamentos e reflexões acerca da "memoria individual", "memória coletiva", "identidade", "testemunho" e "lembrança", podemos afirmar que a construção da história de uma sociedade é resultante de uma relação intrínseca entre a memória individual do sujeito que vivencia e compartilha ideias comuns com o grupo a qual pertence, e é desse grupo que a memória coletiva tira sua força e sua duração, ou seja é através de um conjunto de pessoas, de indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo, que dessa massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, surgem fatos que podem ser narrados em pequenas produções.

De tal forma, podemos observar na crônica "Capítulo dos relógios", que apropriando-se de uma memória individual, a escritora narra momentos que presenciara enquanto estivera presa durante o período da ditadura militar brasileira, fato esse, que podemos identificar através do trecho

> Uma noite, numa de minhas prisões (quem já esqueceu os trágicos dias do fascismo brasileiro?) fui levada da Casa de Detenção para a polícia Civil. Ia ser novamente interrogada. Quando cheguei ao sombrio prédio da Rua da Relação, puseram-me num cubículo onde já havia alguém (MORAES, 1989, p. 118).

E a partir dessa lembrança individual, a escritora partilha também a memória coletiva do grupo ao qual pertencia, "passei a noite injetando-lhe coragem, explicando nossa vida, contando-lhe estórias de outras mulheres [...] falei-lhe de prisioneiras corajosas, narrei estórias e mais estórias de mulheres valentes" (MORAES, 1989, p. 119). Assim, através dessa rememoração, a escritora Eneida de Moraes expõe sua visão crítica e seu descontentamento acerca dessa fase sombria da história brasileira, usando a obra literária como forma de denunciar um passado repressor e, ao mesmo tempo, apresentar o engajamento feminino na luta pelos direitos e pela liberdade de pensamento.

A crônica "Capítulo dos relógios" é escrita na primeira pessoa e tem início com a exposição da saga do narrador-personagem em busca de um relojoeiro que fosse capaz de resolver o problema de seu inestimável relógio:

> Esta estória é o relato de um fato banal, que pode começar sendo contado assim: Um dia quebrei um relógio e isso só teve realmente importância porque aconteceu num momento em que eu vivi longe de minha pátria. Acontecimentos também obedecem às cores das bandeiras, têm íntima ligação com o chamado 'país natal' [...] Lá fui eu, de casa em casa onde via escrito relojoaria, procurando alguém que quisesse me atender. (MORAES, 1989, p. 109 - 112).

Em meio a essa busca incansável por alguém que pudesse concertar seu inestimável relógio, a narradora faz referência ao episódio Ditatorial Brasileira[13], em que muitos brasileiros foram submetidos ao exilio[14].

Se por um lado a narrativa se inicia relatando um fato banal, no decorrer do texto, fica nítido que a autora utiliza parte de suas próprias memórias, testemunhos de uma experiência pessoal como forma de presentificar os horrores vivenciados no período da ditadura militar no Brasil, "[...] Era noite; estava escuro demais naquele pedacinho frio. Não consegui ver a pessoa presente. Perguntei: - Quem é você? Ouvi um soluço e uma voz feminina começou a contar" (MORAES, 1989, p. 118).

Entretanto, como podemos observar através do trecho "Recordando-a agora, cumpro um dever. Jamais esquecerei também as vinte e cinco mulheres da sala ora fria, ora quente, do Pavilhão dos Primários. Grandes mulheres: boas companheiras" (MORAES, 1989, p. 138) que as memórias individuais, lembranças íntima da narradora, construída através do seu conhecimento de mundo se entrelaçam com as memórias coletivas de um grupo, recordações que fazem parte da memória daquele determinado grupo de mulheres vítimas do autoritarismo militar brasileiro, como também diz respeito a memória histórica social.

> Todas as noites [...] - De meia-noite às duas da manhã ela devia apanhar; ficou-lhe uma psicose. Essa mulher se chamava Elisa Saborovsk, a Sabo berger, mulher de henry Berger. O governo Getúlio Vargas entregou-a mais tarde à Gestapo. Hitler matou-a. Sabo, para mim, foi uma revelação; jamais conheci mulher tão culta, tão humana, tão valente. Uma mulher tão bela. Nunca a esquecerei. Na noite em que ela partiu com Olga Benário para o navio que as levaria a Hitler [...] era inverno [...] sofríamos ainda mais [...]. (MORAES, 1989, p.136)

[13] Ditadura Militar de 64.

[14] O exílio (do latim*exilium* = banimento, degredo) é o estado de estar longe da própria casa (seja cidade ou nação) e pode ser definido como a expatriação, voluntária ou forçada de um indivíduo. Disponível no Site Wikipédia.

Assim, a autora ressalta mais uma vez a importância da memória individual e memória coletiva como estratégias de escrita que permeiam por quase toda a narrativa, como podemos observar no trecho

> Este caso nasceu da miséria, mas no decorrer da narrativa toma um certo ar de grandeza e conforto, falando um certo ar de grandeza e conforto, falando inclusive em dinheiro e outras comodidades. As ocorrências do presente podem misturar-se a outras, do passado, são detalhes no conjunto de uma realidade, frutos de pequeninos fatos comuns a toda gente (MORAES, 1989, p.108).

Sobre esse tipo de representação, Betariz Sarlo (2007, p. 24-25) chama nossa atenção para o fato de que a narração da experiência está unida a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto do mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma numa rememoração. Nesse sentido, o testemunho de Eneida de Moraes caracteriza-se como uma linguagem que foi além da "individualidade", pois a autora parte do "eu" para o "coletivo", a autora utiliza fragmentos de sua "memória individual", que também faz parte da "memória coletiva" de determinado grupo social, para expor sua crítica.

É visível na narrativa o fato de que a escritora Eneida de Moraes recorre a metáfora do relógio como meio de denunciar, criticar e expor seu descontentamento com a fase no qual seu "pais natal" passava

> Nenhuma relação, contato ou influência entre esta estória e outras [...] Êsse passado que tempos de verbos tornam diferentes não é uma vergonha, nem dele tenho direito de arrepender-me. Foi a época em que outros construíram minha vida, até o dia em que me encontrei a mim mesma, encarei de frente os acontecimentos" (MORAES, 1989, p. 108, 110).

Em alguns momentos da narrativa a narradora-personagem expõe as violências, físicas e psicologicas no qual as mulheres independentemente de cor, raça, escolaridade ou nível social, assim como os homens, foram submetidas durante o período da Repressão Ditatorial. "Não sou política, nunca me meti nisso, mas me prenderam [...] Quando voltei do interrogatório, que durou muito, ela estava prostrada, chorava mais alto, sofria mais [...] falei-lhe de prisioneiras corajosas, narrei estórias e mais estórias de mulheres valentes" (MORAES, 1989, p.118,119): Eneida reforça assim a participação ativa das mulheres nos movimentos de resistência, mulheres que lutaram bravamente ao lado dos homens por melhores condições, por liberdade de expressão e direito igualitário, própria opinião da autora quanto ao autoritarismo e a repressão militar.

Na passagem "Outros relógios tive, muitos morreram, apenas esses têm estórias para se contar" (MORAES, 1989, p.121) é possível perceber o texto literário produzido por Eneida retratando o fato de que muitos mortos e desaparecidos até hoje não se sabem seus paradeiros,

continuam desaparecidos para família e para a história. Essa passagem se faz muito presente ao que Candau (2016) irá falar sobre a concentração de lugares privilegiados que ocorre com a memória e com a identidade. Associa-se, ainda, ao que Pierre Nora (1993) pontua sobre a memória como uma forma de deter o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar coisas, fatos, acontecimentos, pessoas e imortalizar a morte.

O que pode ser compreendido, a partir dessas representações de lutas, de resistências sociais e políticas, especialmente no que se refere à luta feminina do decurso da história, é que construção da memória, servindo à Literatura ou à História, não se acomoda a detalhes que a conforta. Ao contrário, ela se alimenta de lembranças, individuais ou coletivas, servindo de transferência ao leitor, cenas, censuras ou projeções que muitos senhores dos tribunais tentaram e continuam tentando escamotear.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade de memória coletiva, quando se propaga uma memória nacional dominante, muitos dos acontecimentos acabam ficando no subterrâneo. Assim, em muitos casos, a localização de determinadas memórias pode estar na história oral. Mas há situações em que essas também são silenciadas, nesse caso, os registros escritos, ainda que considerados menores, podem se tornar um grande recurso para que parte da história silenciada possa ser escutada. Foi um pouco dessa experiência de reavivamento que esse trabalho pode proporcionar.

Segundo Finazzi (2014), mais de meio século depois do fim da Ditadura Militar Brasileira, tudo parece ter voltado no álveo da História, todo o passado aparenta, então, ter se resumido numa listagem crua de fatos, num arquivo anônimo de nomes, silenciando, assim, centenas de vozes, apagando a memória viva das vítimas, limpando o sangue derramado, ocultando os corpos massacrados. Esse pensamento de Finazzi foi um pouco do que aqui se pretendeu. Primeiro, ao relacionarmos um arquivo de memória de Helenira Resende, pudemos trazer, mesmo que em poucas linhas, um reavivamento não apenas de um sofrido capítulo da História do Brasil, mas também um reconhecimento de que a História do país se faz com homens e mulheres capazes de lutar por si, por seus ideais e pelos ideais de melhoria coletiva.

Muito mais do que aceitar que a violência que foi realizada pelo golpe militar de 1964 se tornou apenas contagem dos mortos e desparecidos, desconsiderando, a dor e o sofrimento daqueles que, inermes ou com armas em punho, se opuseram a um Estado que fazia da execução a sua regra, esse trabalho é uma provocação para conhecermos um pouco mais sobre as mulheres que defenderam o povo. Nesse sentido, ainda segundo Finazzi (2014), a literatura cumpre um papel de suplência em relação à historiografia, conseguindo por vezes, nos entregar aquela verdade nefanda e inter-dita que relato ou crônica jornalística não podem, e talvez, não devam dizer: que a literatura é, justamente, exprimir o inexplicável através de uma contínua alteração ou alternância de registros (do trágico ao cômico), por meio de uma mudança vertiginosa dos pontos de vistas (do mais aleatoriamente subjetivo ao mais rigorosamente objetivo), sem que isso tire nada à função testemunhal dos textos; e isso é um pouco do que pode ser visualizado nos poemas dedicados a Helenira.

Cabe ainda salientar que as discussões apresentadas nessa pesquisa e os encaminhamentos brevemente apresentados visaram a apresentar a participação feminina na

Ditadura Militar Brasileira por meio de estudos voltados para a memória individual, memória coletiva e memória Histórica-social, Literatura e a História, a partir de textos produzidos pela escritora Eneida de Moraes que trazem em seu enredo toda a censura imposta pelo Regime militar brasileiro que perdurou de 1964 a 1985. Aos olhos de Eneida de Moraes, conforme pode ser observado na crônica aqui exposta, é possível, por meio do fazer artístico poético, conhecer um pouco sobre a História de uma sociedade, especialmente quando há muitos episódios que 'os donos da história' tentam esconder.

Assim, através dos estudos discorridos neste trabalho, voltados ao âmbito literário em consonância com a historiografia, dentro do campo teórico da "memoria individual", "memória coletiva", "identidade", "testemunho" e "lembrança" e assim podemos afirmar que a construção da história de uma sociedade é resultante de uma relação intrínseca entre a memória individual do sujeito que vivencia e compartilha ideias comuns com o grupo ao qual pertence. E é desse grupo que a memória coletiva tira sua força e sua duração em conjunto de pessoas, de indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo, e que dessa massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, surgem fatos que podem ser narrados em pequenas produções.

Desse modo, tanto na crônica "Capítulo dos relógios" da escritora Eneida de Moraes, quanto nos "Poemas dedicados a Helenira Resende", foi possível fazer uma rememoração de momentos que, apesar de apresentarem atrocidades sofridas por antepassados, reforçam a questão da nacionalidade, da identidade, do pertencimento e dos direitos que não podem ser alienados ao sujeito. Nesse caminho de busca por direitos, por liberdade e por justiça, a obra Literária e a História, servindo-se mutuamente, tornam-se formas de denúncia de um passado opressor, ao mesmo tempo em que apresenta uma outra versão dos mesmos fatos que reside no engajamento feminino, na luta pelos direitos e pela conquista de um lugar que apenas a mulher pode delegar a si.

5. REFERÊNCIAS

5.1. Referências utilizadas

ANTERO, Luiz Carlos e outros. **Guerrilha do Araguaia**: uma epopeia pela liberdade. São Paulo: Anita Garibaldi. 4ª edição, 2005.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária.** Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CANDIDO. Antônio**. Formação da Literatura Brasileira**. 9ª Ed. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da Mulher à ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de Teoria Literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em Tempos de Violência**. 2ª Ed. São Paulo – SP: Edusp, Fapesp, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

KUNDERA, Milan. **A Arte do Romance**. Trad. Teresa B. Carvalho da Fonseca e Vera Mourão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

MONTEIRO, Adalberto. **Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade**. São Paulo: Anita Garibaldi. 4ª edição, 2005.

MORAES, Eneida. **Aruanda / Banho de Cheiro**. Ed. Especial. Belém: Cejup / Secult, 1997.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.3-15, 1989.

RIBEIRO, Bruno. **Helenira Rezende e a guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

5.2. Referências consultadas

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. In: **Literatura e resistência.** São Paulo - Cia das Letras 2002 pp. 118-135.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix – Kafka: **Por uma literatura menor**. 1a Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. ISBN 978-85-8217-312-1.Tradução: Cíntia Vieira da Silva.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
SANTOS, Dennis de Oliveira. Sociologia da Literatura. Revista Urutágua – Revista Acadêmica multidisciplinar (DCS / UEM). 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação**. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 23, n° 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005, p.24,25.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (1999). **Do delicioso horror sublime ao abjeto e à escritura do corpo**. In: ANDRADE, C. et al (orgs.) Leitura do ciclo. Florianópolis: Abralic.

TELLES, Janaína (org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2ª Ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

5.3 Sites utilizados

BARBOSA, José Humberto Gomes. **A Guerrilha do Araguaia: Memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGEHIST. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/398/1/Jos%C3%A9%20Humberto%20Gomes%20Barbosa%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 02 de novembro de 2019.

BRITO, Danielle Santos de. **A Importância da Leitura na Formação Social do Indivíduo**. Disponível em: http://fals.com.br/revela/REVELA%20XVII/Artigo4_ed08.pdf. Acesso em 04 junho 2019.

CAMPOS, Libério. **Primeiras Cantigas do Araguaia**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combatentes/glenio/primeiras_cantigas/index.htm. Acesso em 28 de outubro de 2019.

CANDIDO. Antônio. **A literatura e a Formação do Homem**. Revista IEL, Unicamp.2012. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/118273/1/ppec_8635992-5655-1-PB.pdf.Acesso em 26 maio 2019.

DOLHNIKOFT, Luis. **Poesia guerrilheira: Os Versos do Araguaia**. Revista Digital Sibila. Disponível em: http://sibila.com.br/critica/poesia-guerrilheira-os-versos-do-araguaia/10234. Acesso em 02 de novembro de 2019.

Dossiê Ditadura: **Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil.** Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/livros/downloads/Livro-Dossie-ditadura.pdf. Acesso em 16/10/2019. Acesso em 02 de novembro de 2019.

DUARTE, Maiza Batista de Oliveira; MATEUS, Elaine Cristina. **A Contribuição da Literatura para a Formação Cidadã: Uma Revisão de Literatura**. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/RESUMO/SABERES%20E%20PRATICAS/A%20CONTRIBUICAO%20DA%20LITERATURA%20PARA%20A%20FORMACAO%20CIDADA.pdf. Acesso em 26 junho 2019.

PERLATTO, Fernando. **História, Literatura e a Ditadura Brasileira**: Historiografia e ficção no contexto do Cinquentenário do Golpe de 1964. Estudos Históricos, Rio de Janeiro,

vol. 30, nº 62, p. 721-740, setembro-dezembro 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942017000300011. Acesso em 28/10/2019.

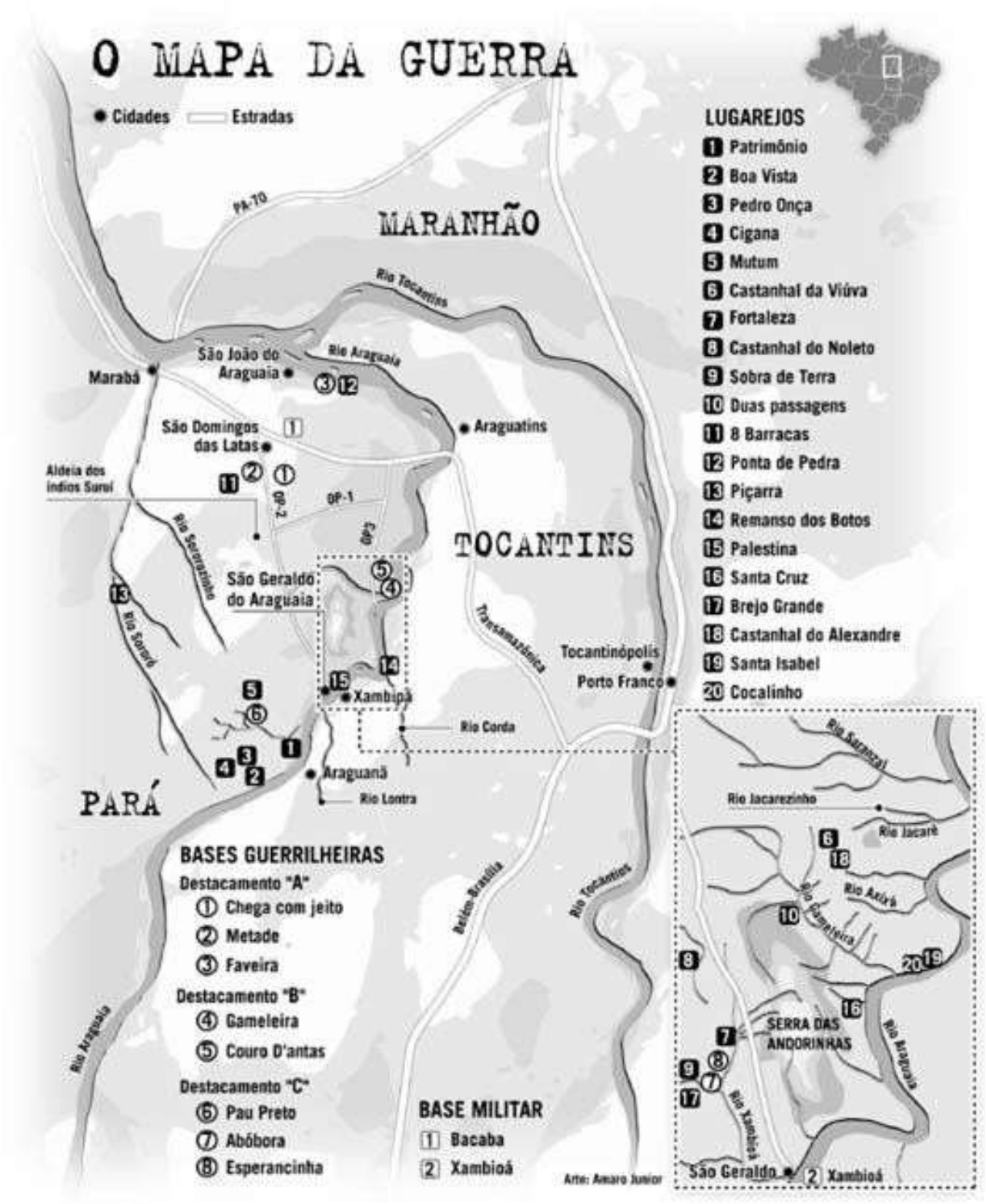
PESSOA, Jadir de Morais. **Literatura e Formação Humana**. Portal Periódico CAPES, 2013, p. 03. Disponível em: https://doaj.org/article/7fd4d3bc75f448df96bbd7a71d8e3c4b. Acesso em 16/10/2019.

RELACULT. Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. **A Atuação Política de Mulheres na Ditadura Civil-Militar Brasileira**. Ed. especial, fev., 2018. Disponível em: http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/699/373. Acesso em 08/11/2019.

TEIXEIRA, Juliana de Oliveira. **Cultura, identidade e memória: considerações teóricas sobre a cultura popular de Telêmaco.** Borba-PR. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis- SC, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433274874_ARQUIVO_JulianaTeixeira_Anpuh2015.pdf. Acesso em 02 de novembro de 2019.

ANEXOS

ANEXO A – Figura 01: Mapa que mostra as localidades onde aconteceu a Guerrilha do Araguaia.



Fonte: guerrilhaaraguaia.blogspot.com

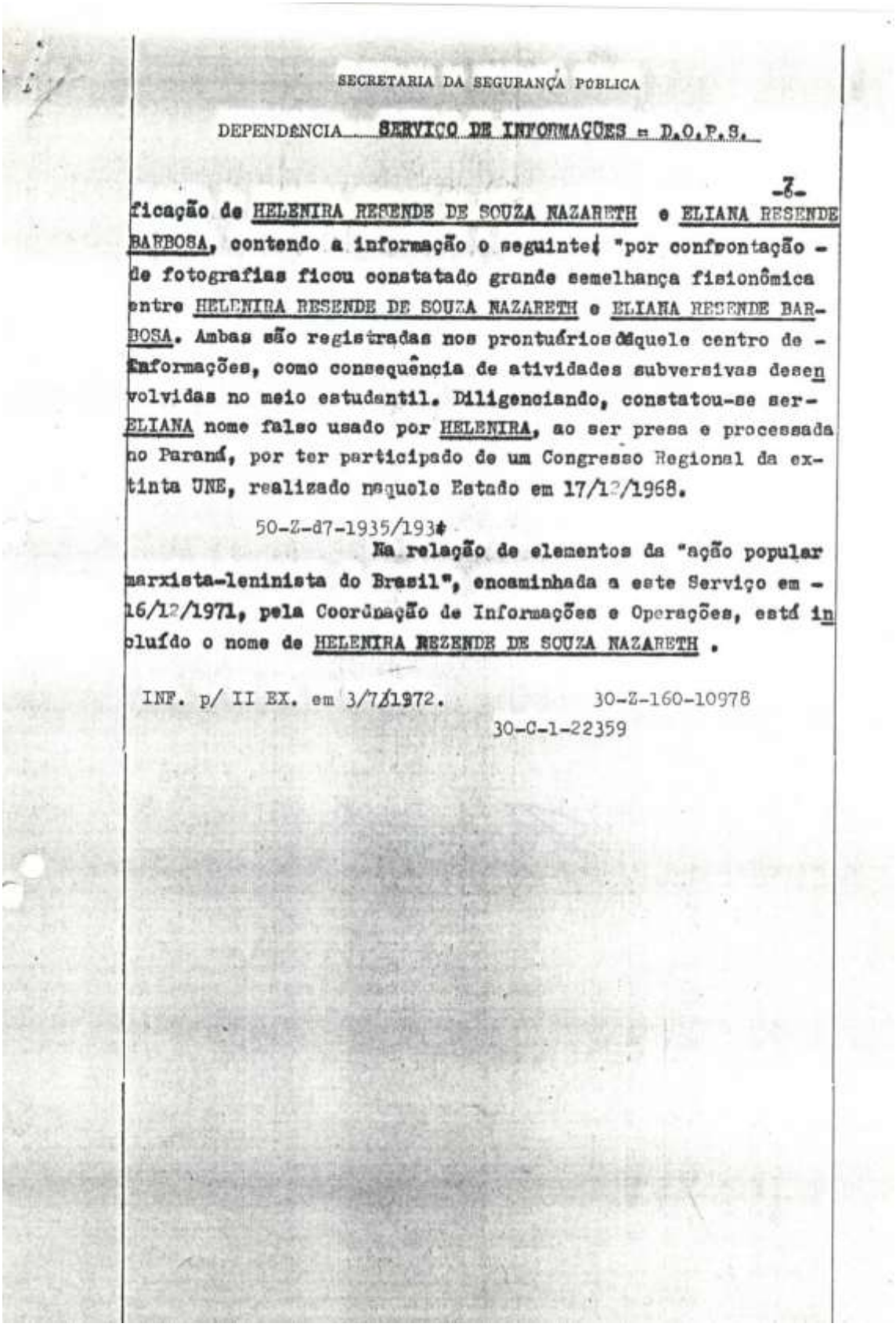
ANEXO B - **Figura 02:** Retrato fotográfico de Helenira Resende de Souza Nazareth Militante do PCdoB

Fonte: Portal Vermelho (25/09/2018)

ANEXO C – **Figura 03:** Eneida de Morais, entre Manuel Bandeira e Jorge Amado

Fonte: Agência O Globo

ANEXO D - Figura 04: Ficha DOPS Helenira Resende de Souza Nazareth (1972)



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S.

-7-

ficação de HELENIRA REZENDE DE SOUZA NAZARETH e ELIANA RESENDE BARBOSA, contendo a informação o seguinte: "por confrontação - de fotografias ficou constatado grande semelhança fisionômica entre HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH e ELIANA RESENDE BARBOSA. Ambas são registradas nos prontuários daquele centro de - informações, como consequência de atividades subversivas desenvolvidas no meio estudantil. Diligenciando, constatou-se ser - ELIANA nome falso usado por HELENIRA, ao ser presa e processada no Paraná, por ter participado de um Congresso Regional da extinta UNE, realizado naquele Estado em 17/12/1968.

50-Z-87-1935/1936

Na relação de elementos da "ação popular marxista-leninista do Brasil", encaminhada a este Serviço em - 16/12/1971, pela Coordenação de Informações e Operações, está incluído o nome de HELENIRA REZENDE DE SOUZA NAZARETH .

INF. p/ II EX. em 3/7/1972. 30-Z-160-10978

30-C-1-22359

Página: 01

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S.

clarou, que do album de fotos que lhe foi apresentado reconhece na de nº 59, HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH, por tê-la vista há uns dois anos na USP.

50-Z-9-13916

Declarou José Roberto Michelazzo, em 19/11 1970, ter vista HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH, naste D.O. P.S., quando foi preso em Ibiúna, em 1968, não tendo visto posteriormente; ignora o seu paradeiro; atuava no movimento estudantil A.P.

50-Z-9-15932/15918

Consta do interrogatório preliminar de Clodoaldo Rodrigues Nunes, datado de 24/7/1971, que folheando o - album de Ibiúna, reconheceu HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH Presidente do Centro do Curso de Letras da USP.

50-Z-9-22897/22896

Consta das declarações de Ana Lúcia Rocha Franco, datadas de 10/4/1971, ter reconhecido fotograficamente no album do DOI,(de terroristas) ELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH, que conhecera na Faculdade de Fiol,digo, Filosofia da U. S.P. em 1968. 50-Z-9-21414

Citada nas declarações de Suzete Mota Augusto, datadas de 1/8/1971, como participante de uma reunião realizada no Tremembé(identificada pelo album de Ibiúna).

50-Z-9-20992

Aoézia Frani Lentini, declarou em 5/8/1971 ter conhecido ELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH, em suas atividadem junto ao movimento estudantil, em 1968. Sabe que participou do Congresso de Ibiúna.

50-Z-9-20895

Em informação sobre Nilton Almeida Rodrigues, arquivada neste Serviço em 27/10/1971, consta ter integrado uma OPP, do POC em companhia de HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH, sendo as reuniões, realizadas na residência desta no Bairro do Tremembé.

30-Z-160-1052

Em 9/11/1971 o CENIMAR encaminhou a este -

ção, da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, contra a epigrafada em virtude de a 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, digo, em virtude do Conselho Permanente de Justiça , em sessão de 21/8/1969 ter decretado a prisão preventiva da referida acusada, com base no artigo 149 do C.J.M., aplicável por força da vigente Lei de Segurança Nacional.
50-Z-9-10377

Em 26/11/1969 foi transmitida ao encarregado do I.P.M. informação sobre HELENIRA DE SOUZA NAZARETH, que estava na ocasião foragida, tendo sido solicitado dentre outras coisas o seguinte: se conduzia, de onde, para onde, ou a quem volumes que podeiram conter publicações subversivas, como jornal "A classe operária", que distribuíra a comunistas em Santos; - endereço onde ela recebia os jornais, pois, já o recebera, certa vez, nas proximidades da Alameda Santos com Rua Augusta; - com pessoas se comunicava na Sears do Bairro do Paráiso, se e continua a manter contatos na Rua Pedroso de Moraes, próximo à Teodoro Sampaio, com "André", se ia à rua Tres Rios 275 - Bom Retiro, Jornal "O Dia". 50-Z-9-10505/10506

Em informação de Santos, datada de 8/12/1969 consta que HELENIRA confiara a Abdala o material subversivo entregue e apreendido no consultório de William Calil Gazal, em março de 1969. 50-Z-81-14908

No relatório do IPM, datado de 15/12/1969 é citado o nome de HELENIRA REZENDE DE SOUZA NAZARETH, como uma das indiciadas no IPM, constando, dentre outras coisas, ter - prisão preventiva decretada desde 1969, pela 2ª Auditoria, estando foragida, em lugar desconhecido dos familiares. É irmã de HELENALDA. Foi HELENIRA quem apresentou Benjamin Abdala Junior a "André".
50-Z-9-14277/14278/14276/14275

Antônio Roberto Espinosa, em declarações prestadas em 21/12/1969, disse ter reconhecido fotograficamente HELENIRA REZENDE DE SOUZA NAZARETH.
30-Z-160-3842

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES = D.O.P.S.

-4-

tendo dito que no começo de 1968, passou a ter contato com HE LENIRA NAZARETH, do curso de letras da USO, a qual declarou - pertencer ao P.C.B. e que posteriormente, esta apresentou ao - declarante "André", na Rua Pedroso de Moraes, entre as ruas Te odoro Sampaio e Arthur Azevedo, o qual convidou o declarante para contibuir com o Partido Comunista do Brasil, tendo se - prontificado a colaborar, negando-se, porém a ter uma partici- pação ,ais ativa entre os estudantes. Que passou a manter con- tatos com "André", defronte à Sears - Paraíso; que era Helení- ra quem lhe entregava o jornal "A Classe Operária". Disse ter- manifestado a vontade de abandonar a sua participação tendo HE NIRA convencido-o em contrário, passando a manter seus contatos com o partido, e que nessa ocasião, levou HELENIRA, nas imedia ções da Rua Augusta com Alameda Santos, tendo esta entregue ao declarante o material para a turma de Santos; que ela frizou - bem o interesse que tinha em manter contatos com gente de San- tos, pois, o partido estava fraco na cidade; disse que em San- tos levou diversas vezes material para Eilliam Gazal. Descreve HELENIRA como sendo: morena escura, magra, 1,70ms, de altura, mais ou menos 25 anos de idade, bom grau de inteligência, líd der estudantil, ganhou eleições para a UNE e manteve contatos- estudantís em vários estados . 50-Z-22-3157 50-Z-9-12085/12093/ 50-Z-9-12089/12087/12086/12091/12090 x50-Z-81-14998 30-Z-160-3920/3919 50-Z-9-9815/12095/12094

Conforme notícia do Estado de São Paulo, da tado de 15/8/1969, o Promotro, digo, Promotor da 2ª Additoria ofereceu demíncia contra HELENIRA FRAGOSO DE SOUZA NAZARETH,- indiciada no artigo 25 da Lei de Segurança Nacional; fora pre- sa em 25/6/1967, quando depredava muros do Mackenzie e picha- va paredes com inscrições subversivas, e em virtude, de ser in diciada em outros processos por infração à mesma lei e estar - foragida, o Promotor, solicitou a decretação de sua prisão pre ventiva. 50-Z-9-8407/9595/9406

Em 18/8/1969 a 2ª Auditoria da 2ª Região Mi litar, comunicou a este Departamento ter recebido demíncia con tra HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH, como incursa no art.- 25 do Decreto- Lei nº 314/67 c.c. Dec. Lei 510 de 20/3/1969.

50-Z-9-9436

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S.

-3-

a vários estudantes que se encontravam presos, inclusive a marginada.

Em 12/12/1968, relatório reservado de Santos informa-nos num de seus tópicos, relação de estudantes beneficiados pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo, na qual figura HELENIRA, que se ecntrava presa no Presídio de Mulheres.

Em 3/3/1969 consta-nos, conforme ofício da Justiça Militar, da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, mandado de prisão contra vários estedantes, inclusive a epigrafada, em virtude de ter o Conselho Permanente de Jgutiça, daquela Auditoria, ter decretado a prisão preventiva.

Em 14/3/1969, conforme publicação do "Diário Popular, consta-nos que se acham em curso, na 2ª Adu,digo, Auditoria de Guerra, processos resultantes dos flagrantes lavrados, contra líderes estadantís, entre os quais figura a epigrafada.

Em 23/7/1969, consta-nos relatório da Delegacia Especializada de Ordem Política, no qual a epigrafada, - juntamente com Rafael Orlando D'Alessio, Rua Itambé, face lateral divisória da Universidade Mackenzie, produziram inscrições injuriosas à Organização Jurídico-Constitucional do País. Tais inscrições, como "Abaixo as Leis da Ditadura", conforme apuração posterior, foram manuscritas por Helenira, enquanto seu companheiro policiava em frustada cobertura. (o nome acima citado é Rafael Orlando D'Alessio - e a Rua é Itambé.)

INF. 50-Z-8-10377

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S.

Policial instaurado pela Delegacia Especializada d Ordem Política, para apurar responsabilidade no 29º Congresso da extinta UNE;

Em 9/5/1968, conforme informação reservada - do II Exército, consta-nos que a epigrafada é aluna universitária em São Paulo, é ativa fanática em subversão e filha de ativo comunista de Palmital - SP.

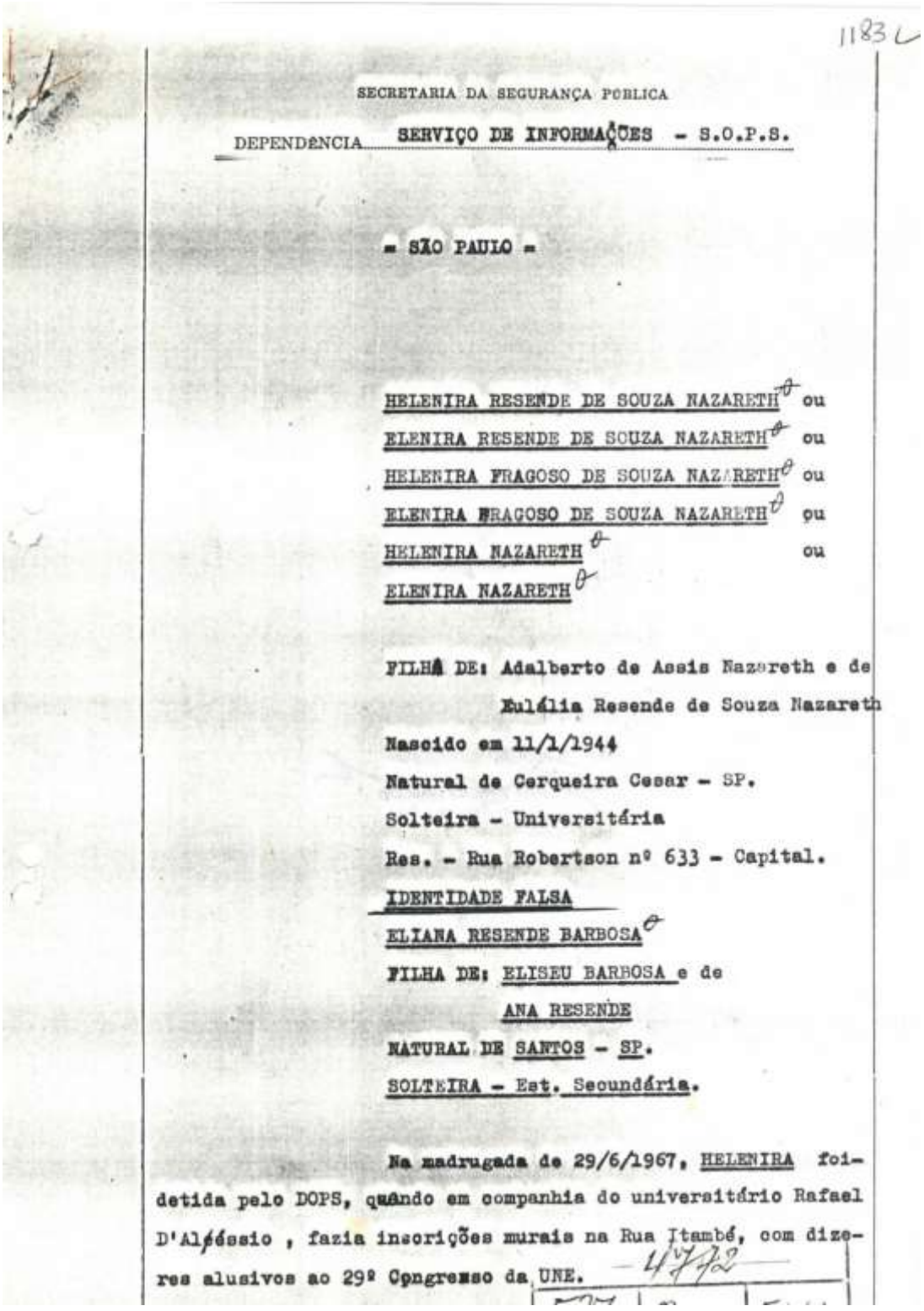
Em 21/8/1968 assinou, juntamente com outros estudantes, membros do Grêmio, manifesto para o mesmo, intitulado chapa "Frente de Trabalho", arquivado neste Serviço.

Em 30/10/1968, foi indiciada no 2º flagrante, jutamente com outros estudantes, por ter participado do XXX Congresso da extinta UNE, no município de Ibiúna; enquadrada na Lei de Segurança Nacional.

Em 18/11/1968 foi iniciado o sumário de culpa de HELENIRA e de outros estudantes, na 2ª Auditoria de G Guerra, já que estão sendo processados nos termos do artigo 36, da Lei de Segurança Nacional.

Em 29/11/1968, conforme publicação da Imprensa o S.T.M., negou "Habeas Corpus" a vários estudantes, que estão sendo processados como incursos nos artigos 54 e 56, da Lei de Segurança Nacional, perante a 2ª Auditoria da 2ª Região Militar de Juiz de Fora, figurando, entre eles a epigrafada.

Página: 06



1183 L

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - S.O.P.S.

- SÃO PAULO -

HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH ou
ELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH ou
HELENIRA FRAGOSO DE SOUZA NAZARETH ou
ELENIRA FRAGOSO DE SOUZA NAZARETH ou
HELENIRA NAZARETH ou
ELENIRA NAZARETH

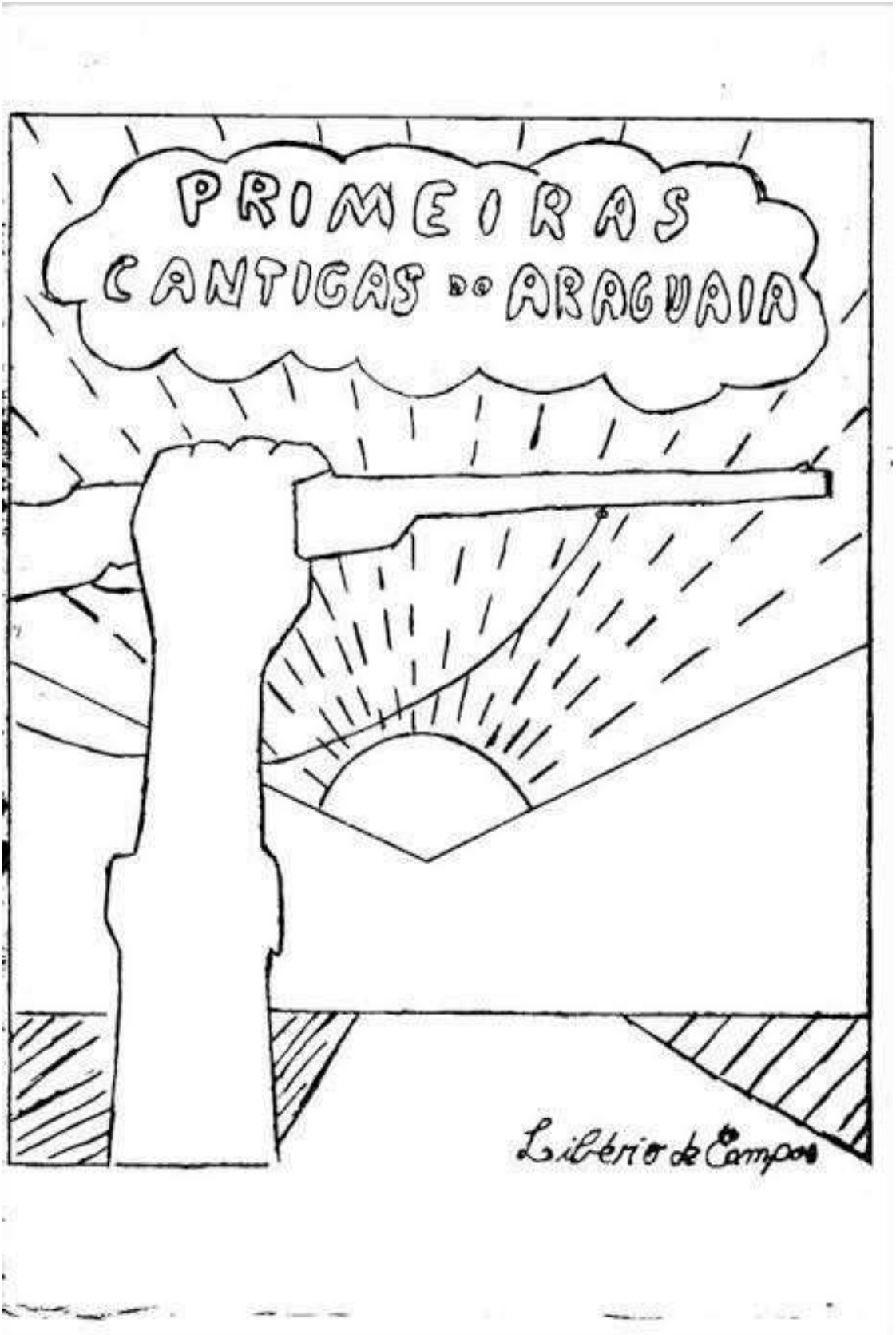
FILHA DE: Adalberto de Assis Nazareth e de
Eulália Resende de Souza Nazareth
Nascido em 11/1/1944
Natural de Cerqueira Cesar - SP.
Solteira - Universitária
Res. - Rua Robertson nº 633 - Capital.
IDENTIDADE FALSA
ELIANA RESENDE BARBOSA
FILHA DE: ELISEU BARBOSA e de
ANA RESENDE
NATURAL DE SANTOS - SP.
SOLTEIRA - Est. Secundária.

Na madrugada de 29/6/1967, HELENIRA foi-detida pelo DOPS, quando em companhia do universitário Rafael D'Alessio , fazia inscrições murais na Rua Itambé, com dizeres alusivos ao 29º Congresso da UNE. 4/7/72

Página: 07

Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva

ANEXO E - Figura 05: Capa do livro "Primeiras Cantigas do Araguaia" Publicado artesanalmente em 1980 por Libério de Campos.



Fonte: Blog Coleção Memórias das Lutas Populares no RN